



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 4

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 1963

ATA DA 4ª SESSÃO, EM 22
DE JANEIRO DE 1963

4ª Sessão Legislativa Extraor-
dinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA
DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Se-
nadores:

Adalberto Sena
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Manoel Villaga
Argemiro de Figueiredo
José Ermírio
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
16 Srs. Senadores. Havendo número
regimental, declaro aberta a sessão.
Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o se-
guinte

EXPEDIENTE

PARECERES

Parecer nº 3, de 1968

Da Comissão de Segurança Nacional,
sobre o Projeto de Lei da Câmara,
nº 125, de 1967 (nº 35-B-67, na Câ-
mara), que inclui, nas entidades
consignatárias a que se refere o ar-
tigo 171 da Lei nº 4.328, de 30 de
abril de 1964 o Clube dos Oficiais da
Reserva e Reformados da Marinha
e a Associação de Taifeiros da Ar-
madada e Clube Beneficente dos Sar-
gentos da Marinha.

Relator: Senador Oscar Passos.

O projeto em tela inclui entre as
entidades consignatárias a que se re-
fere o art. 171 da Lei nº 4.328, de
30 de abril de 1964, o Clube dos Ofi-
ciais da Reserva e Reformados da Ma-
rinha e a Associação de Taifeiros da
Armada e Clube Beneficente dos Sar-
gentos da Marinha.

A proposição objetiva apenas que os
oficiais das Forças Armadas possam
descontar nas folhas de seus paga-
mentos todas as vezes que se servi-
rem dos benefícios que lhes prestam
o Clube de Oficiais da Reserva e Re-

formados da Marinha (CORRAM) e
a Associação de Taifeiros da Armada
e Clube Beneficente dos Sargentos da
Marinha.

O CORRAM, considerado entidade
de utilidade pública pela Lei nº 914-66,
vem prestando aos seus associados e
às suas famílias triplice tipo de be-
nefícios: obrigatórios, facultativos e
especiais.

Por outro lado, atendendo à natu-
reza de suas atividades e aos serviços
que vem prestando aos servidores da
Marinha, o ex-Ministro Paulo Bosisio
houve por bem autorizar que se pu-
desse proceder, a título precário, en-
quanto não for fixado em lei, ao des-
conto em folha de pagamento das con-
signações de mensalidades a favor das
Associações dos Taifeiros da Armada
e Clube Beneficente dos Sargentos da
Marinha.

Inexplicavelmente, devendo-se tal
fato atribuir-se, certamente, a um
lapso oriundo do agendamento com que
foi votada a mencionada Lei nº 4.328,
as duas referidas entidades deixaram
de ser incluídas no elenco das con-
signatárias a que se refere o seu ar-
tigo 171.

O projeto não acarreta qualquer
aumento de despesa e tem o mérito
de sanar aquela falha, dispensando às
duas entidades o justo tratamento que
merecem pelos relevantes serviços
que vêm prestando aos servidores e
oficiais de nossa Marinha, através de
um programa assistencial e benefi-
cente que as credencia como entida-
des dignas de figurarem entre as de-
mais consignatárias de que trata o
Código de Vencimentos dos Militares.

Por estas razões, a Comissão de Se-
gurança Nacional é de parecer que o
projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, 21 de novembro
de 1967. — Paulo Torres, Presidente.
— Oscar Passos, Relator. — Adal-
berto Sena. — José Guimard.

Parecer nº 4, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o
Projeto de Lei da Câmara nº 125,
de 1967, (nº 35-B-67, na Câmara),
que inclui, nas entidades consigna-
tárias a que se refere o art. 171 da
Lei nº 4.328, de 30 de abril de
1964, o Clube dos Oficiais da Reserva
e Reformados da Marinha e a Asso-
ciação de Taifeiros da Armada e
Clube Beneficente dos Sargentos da
Marinha.

Relator: Senador Oscar Passos.

Funcionando como Relator na Co-
missão de Segurança Nacional, já ti-
vemos oportunidade de nos manifestar
favoravelmente ao presente projeto
que manda incluir, nas entidades
consignatárias a que se refere o ar-
tigo 171, da Lei nº 4.328, de 30 de

abril de 1964, o Clube de Oficiais da
Reserva e Reformados da Marinha
(CORRAM) e a Associação de Taifei-
ros da Armada e Clube Beneficente
dos Sargentos da Marinha.

A primeira entidades, declarada de
utilidade pública pela Lei nº 914-66,
presta às famílias de seus consorcia-
dos benefícios obrigatórios, facultati-
vos e especiais da maior importância.

A segunda, já foi facultada, a título
precário, enquanto não for fixada em
lei, a prerrogativa de seus associados
descontarem a seu favor nas folhas de
pagamento das consignações de men-
sualidades.

Por lapso, deixaram ambas de se-
rem incluídas no elenco das consigna-
tárias de que trata o art. 171 da Lei
nº 4.328, (Código de Vencimentos dos
Militares).

A matéria, além de não acarretar
qualquer tipo de despesa, visa a sa-
nar aquela falha, reconhecendo em lei,
pela forma proposta, os assinalados
serviços que prestam as duas entida-
des aos servidores de nossa Marinha.

A Comissão de Finanças opina,
assim, pela aprovação do projeto.
Sala das Comissões, em 13 de ja-
neiro de 1968. — Argemiro Figuei-
redo, Presidente. — Oscar Passos, Rela-
tor. — Leandro Maciel. — Teotônio
Vilela. — José Guimard. — Mello
Braga. — Carvalho Pinto. — Clodo-
mir Millet. — Manoel Villaga. — Fer-
nando Corrêa.

Parecer nº 5, de 1968

Da Comissão Diretora, sobre a Indi-
cação nº 2, de 1967, do Sr. Senador
Júlio Leite, sugerindo à Comissão
Diretora instituir, em colaboração
com a Mesa da Câmara dos Depu-
tados, um concurso anual de repor-
tagens sobre o funcionamento do
Congresso Nacional e das outras pro-
vidências.

Relator: Senador Cattete Pinheiro.

O eminente Senador Júlio Leite, na
forma regimental, indica à Comissão
Diretora examinar a possibilidade e a
conveniência de adotar as seguintes
providências:

I — Instituir, em colaboração com
a Mesa da Câmara dos Deputados,
um concurso anual de reportagens so-
bre o funcionamento do Congresso
Nacional e a importância do Poder
Legislativo no regime democrático;

II — Criar um prêmio anual a ser
distribuído entre alunos dos cursos su-
periores do País, paralelamente a ou-
tro destinado a estudante de nível
secundário, em concurso que versem
temas relativos ao Congresso Nacional
e cujas bases serão igualmente fixa-
das pelas Mesas das duas Casas;

III — Organizar, junto à Presidência
do Senado Federal, com a mobili-

zação dos meios e recursos humanos
disponíveis, um Serviço de Relações
Públicas que, além da atribuição usual
de receber os visitantes desta Casa,
inclua, em seu programa de ativida-
des, promover visitas orientadas de
estudantes de todas as partes do Bra-
sil ao Congresso, a fim de que possam
tomar conhecimento dos diferentes as-
pectos da vida parlamentar, ensan-
do-lhes, inclusive, contatos com Re-
presentantes de todos os Estados;

IV — Promover, através da Direto-
ria de Publicações, a edição de um
pequeno prospecto ilustrado de cará-
ter promocional, no qual sejam abor-
dados, de maneira acessível, sintética
e atraente, os aspectos mais relevan-
tes relativos ao regime democrático
e à mecânica de seu funcionamento,
dando-se especial relevo à representa-
ção popular, destinado a ser distribuí-
do aos visitantes do Senado, notada-
mente os jovens estudantes;

V — Atribuir, aos prêmios a serem
instituídos, a denominação de vultos
históricos cuja atividade pública tenha
se destacado pelo devotamento ao re-
gime democrático e às instituições le-
gislativas;

VI — Fixar, para a distribuição dos
prêmios, uma data significativa para o
Poder Legislativo, como a da pro-
mulgação da atual Constituição Fede-
ral ou a da instalação da primeira
Assembleia Constituinte.

2. O Ilustre Representante de Ser-
gipe justifica amplamente as medidas
sugeridas, dizendo, a certa altura de
sua argumentação:

"Acreditam muitos que não é
função do Poder Público promo-
ver-se, nem mesmo ressaltando os
aspectos mais positivos de sua
atuação, porque vêem nisso uma
forma deletéria e totalitária de
propaganda. Esse conceito, entre-
tanto, vai aos poucos se modifi-
cando e o melhor exemplo da im-
portância da comunicação com as
massas vem de ser dado pela ini-
ciativa auspiciosa de Sua Santida-
dade o Papa Paulo VI, ao pa-
trocinar o Dia Mundial da Comuni-
cação. Foi compreendendo esse
importante aspecto do problema
que o Presidente Eduardo Frei
propôs ao Parlamento de seu país
a criação do Ministério da Pro-
moção Popular, entregue a um de
seus mais competentes auxiliares.
Aqui mesmo no Brasil, diversos
órgãos da administração federal,
estadual e municipal, já cuidam
desse relevante aspecto da moder-
na Administração, e o Presidente
Costa e Silva determinou, logo
após a sua posse, a instituição de
um Grupo de Trabalho de Relações
Públicas, com o fim de divul-
gar os atos mais importantes,
em todos os setores governamen-
tais, que já vem atuando provei-
tosamente para a divulgação das

decisões mais importantes do Poder Executivo".

E mais:

"Não se trata de promover o proselitismo, nem a propaganda facciosa, mas tão somente de divulgar, como fazem as democracias mais autênticas, os valores que as sustentam e que compõem o patrimônio cívico da Nação. O Congresso americano, no particular dispõe das mais variadas formas de valorização da função parlamentar, uma das quais, de inegável sucesso, é a visita orientada que promovem às suas instalações, grupos de estudantes nacionais e estrangeiros, proporcionando-lhes contatos com os representantes populares de todas as regiões, iniciativa que também é da praxe do Executivo".

3. A Proposição do Senador Júlio Leite, digamos logo, merece inteira acolhida, pois vem responder a uma indiscutível necessidade.

Numa hora em que, nos quatro cantos da Terra, forças poderosas se aglutinam contra a Democracia, torna-se imperioso que esta não só adote uma atitude de defesa como também de ataque, pois só assim poderá sobreviver.

Ora, Democracia e Congresso são duas coisas que se confundem. Na realidade, onde não há Congresso não há Democracia, pois esta só existe com ele, nêle, através dele. Não é à toa que, quando vencem os totalitários de todos os matizes, a primeira providência que tomam é o fechamento do Congresso.

O Brasil, sabemos, não é uma exceção. Pelo contrário: País em desenvolvimento, sujeito às naturais crises de crescimento, por isto mesmo a nossa Democracia está sujeita a constantes impactos, o que torna imprescindível, para nós, uma arregimentação total de forças, em todos os setores de atividade, a fim de a resguardarmos dos perigos que a cercam.

Além do mais, forçoso é reconhecer que somos, também, subdesenvolvidos culturalmente: basta ver a maneira sem-cerimoniosa como a imprensa se refere aos homens e às coisas do Congresso e ao espaço limitado que reserva às iniciativas dos parlamentares. Há, evidentemente, uma certa negligência de nossa imprensa, relativamente ao Parlamento.

Divulgar, portanto, os trabalhos do Senado e da Câmara; abrir as portas do Parlamento a quantos queiram senti-lo e compreendê-lo de perto; possibilitar um contato mais íntimo das diversas classes com os representantes do povo, são, em suma, maneiras objetivas de tornar o Congresso mais conhecido, mais querido e mais respeitado por todos.

A instituição, como se sugere na Indicação, de prêmios destinados a concursos que visem à promoção do Congresso, afigura-se-nos desse modo, de grande interesse e oportunidade, pelo que opinamos no sentido de ser tratado por esta Comissão, junto à da Câmara, do assunto em tela.

Queremos, no entanto, sugerir duas medidas aos eminentes colegas, caso a Indicação seja aceita: a primeira consiste em proibir, taxativamente, que Senadores, Deputados, Funcionários da Câmara e do Senado, ainda que jornalistas, possam inscrever-se nos concursos acima referidos; a segunda, fixando, para a entrega dos prêmios, a data de 24 de fevereiro, quando foi promulgada a primeira Constituição Republicana do Brasil.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de novembro de 1967. — *Auro Moura Andrade*, Presidente. — *Cattete Pinheiro*, Relator. — *Camilo Nogueira da Gama*. — *Gilberto Marinho*. — *Dinarte Mariz*. — *Edmundo Levi*.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE ERITO PEREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

PARECER Nº 6, DE 1968

Redação do vencido, para segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967.

Relator: Senador Duarte Filho.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967, que dispensa das escalas de serviços os estudantes em serviço militar e os que tenham profissão militar, nos dias de prova ou de exame.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1968. — *José Feliciano*, Presidente. — *Duarte Filho*, Relator. — *Mem de Sá*.

ANEXO AO PARECER Nº 6, DE 1968

Redação do vencido, para segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967, que dispensa das escalas de serviço os estudantes em serviço militar e os que tenham profissão militar, nos dias de prova ou de exame.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Dispensa das escalas de serviço, nos dias de prova ou exame, e de frequência às aulas o estudante convocado para o Serviço Militar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' assegurada ao estudante convocado para a prestação do Serviço Militar, frequentando estabelecimento de qualquer ramo ou grau, dispensa:

a) das escalas de serviço nos dias de prova ou exame, desde que não se encontre de sobreaviso ou prontidão; e

b) da frequência escolar nos dias em que, no cumprimento de suas obrigações militares, não compareça às aulas, justificada a falta por documento expedido pelo Comandante ou Diretor da organização militar a que pertença.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 7, de 1968

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1967 (nº 27-A de 1967, na Casa de origem).

Relator: Senador Duarte Filho.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1967 (nº 27-A-67, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S. A. — Indústria e Comércio de Tratores.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1968. — *José Feliciano*, Presidente. — *Duarte Filho*, Relator. — *Mem de Sá*.

ANEXO AO PARECER Nº 7, DE 1968

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1967 (nº 27-A de 1967, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S. A. — Indústria e Comércio de Tratores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto no processo nº 24.736-66, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 343, de 21 de novembro de 1966, do Ministro da Agricultura, relativamente à despesa de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S. A. — Indústria e Comércio de Tratores, proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — O nobre Senador Vasconcelos Torres encaminhou à Mesa dois Requerimentos serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 18, DE 1968

Sr. Presidente,

Na forma regimental, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos anais do Senado, do artigo de autoria do jornalista Paulo Francis, publicado no *Correio da Manhã*, do dia 11-1-68, sob o título "Por 52%". Sala das Sessões, em 22-1-68. — Senador Vasconcelos Torres.

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTO Nº 19, DE 1968

Sr. Presidente,

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, seja transcrito nos anais do Senado, o editorial, anexo, publicado em "O Globo", do dia 26-12-67, sob o título "A

Indefinição do Brasil Face aos Acórdãos com Portugal", de autoria do jornalista Garrido Torres.

Sala das Sessões, em 18-1-68. — Senador Vasconcelos Torres.

A Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Sobre a mesa requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 20, DE 1968

Nos termos do art. 326, nº 5.C, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1967, que concede aos servidores públicos da União e aos das entidades Autárquicas ou para-estatais federais que lidam com Rádios-X, ou substâncias radioativas, aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1968. — *Aarão Steinbruch*. — *Eurico Resende* (Liderança). — *Aurélio Viana* (Liderança).

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — O requerimento de urgência que acaba de ser lido será incluído na Ordem-do-Dia, nos termos do Regimento. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Há oradores inscritos. Com a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ao que tudo indica deverão ser fixados, em março próximo, os novos níveis de salário-mínimo, de vez que se esgotou, praticamente nesse mesmo mês, a vigência do atual salário-mínimo. Conforme temos salientado, inúmeras vezes, sempre que ocorre elevação do salário-mínimo, necessariamente também aumentam os alugueres. Se, "verbi gratia", for aumentado o salário-mínimo em março, na base de 20, 25 ou 30 por cento, nesse mesmo mês, automaticamente, os alugueres serão reajustados na mesma base da elevação do custo de vida, adicionada ainda, conforme legislação específica, o fator chamado "kappa". Quer dizer, conforme legislação específica do fator "kappa", isto é, independentemente da elevação dos alugueres, na base do aumento do custo de vida, o aluguer será acrescido de um aumento ainda maior, mais de dez por cento.

Quer dizer, se o salário-mínimo for aumentado em vinte, vinte e cinco ou trinta por cento, o aluguer será aumentado em 2, 35 ou 40 por cento, porque se adiciona ao aumento do custo de vida o fator "kappa".

Esse fato, sem dúvida, Sr. Presidente, repercutirá na atual conjuntura econômico-financeira que atravessa o País, de vez que praticamente, são congelados os salários, através do decreto, da lei que, em plena vigência, determina que não se pode conceder, mesmo por liberalidade, qualquer aumento salarial, a não ser aquele fixado pelo Conselho Orientador da Política Salarial.

Então, pergunto a V. Exª e à Casa, que farão servidores ou trabalhadores, que não forem enquadrados na Lei do Salário-Mínimo, aqueles que ganham pouco mais do que o salário-mínimo?

Se o salário-mínimo for reajustado, os operários que não serão atingidos pelo reajustamento, uma vez que ganham pouco mais, esses operá-

rios tanto que pagar, também, um novo aluguel na base da elevação do custo de vida e do salário-mínimo e ao fator "kappa".

Há exemplos de pessoas e setores apontados. Funcionários de classes, pertencentes a diversas categorias profissionais que não são reajustados, que não tiveram reajustamento em 1967, o salário porque ganham um pouco mais do que o salário-mínimo. Esses funcionários estarão sujeitos ao aumento de aluguel, embora não se beneficiem do salário-mínimo.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARAO STEINBRUCH — Com muito prazer.

O Sr. José Ermirio — Geralmente, no mundo inteiro, quando na o problema inflacionário, o salário-mínimo sobe um pouco mais do que a inflação. Nos Estados Unidos, no ano de 1966, a inflação foi de 3% e o salário-mínimo aumentou na base de 6%. É necessário deixar para quem trabalha um saldo positivo e não negativo.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Mas isso não vem ocorrendo, entre nós. Quanto ao problema habitacional, há um plausível para o qual chamamos a atenção desta Casa — o da desvinculação desses dois problemas, falando a respeito ao Sr. Senador Guido Mondim, mostrou-se S. Exa. favorável a uma desvinculação do problema habitacional do salário-mínimo. Deveria ser aprovado, por um voto, na Comissão, uma emenda da seguinte natureza: não pôde, assim, ser aprovado no Plenário, por ordem do Sr. Presidente, no projeto de lei de desvinculação do problema habitacional, aprovado pelo Senado, mandado pelo Governo.

Quando se trata desta Casa, trata-se de uma comissão do salário-mínimo, com diversos fatores: higiene, vestuário, alimentação e habitação. O fator alimentação, que tem sido, realmente, o que mais afeta a economia do trabalhador e do povo brasileiro, aumenta mais índice superior ao índice resultante de um novo aumento de salário-mínimo. A habitação entra com um "carimbo" por que, então, se aumenta um salário-mínimo na base de 15 a 20% e se aumenta ao mesmo tempo a habitação em 25%.

Além do fator "kappa", entram na composição do índice do novo salário-mínimo os fatores a que aludimos: transporte, higiene e alimentação.

Para provar que se se comparam a vinculação do salário-mínimo ao problema dos aluguéis, os trabalhadores, certamente, não pretendem nenhum aumento de salário-mínimo, citarei, exemplo, ilustrativo do que ocorreu por ocasião da decretação do último salário-mínimo. O maior salário-mínimo hoje é vigente no País, o da Guanabara, é de R\$ 106,00.

Entra o anterior salário-mínimo, que era de R\$ 84,00 e o de R\$ 103,00, houve apenas um aumento de R\$ 22,00.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARAO STEINBRUCH — Com todo o prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Meu amigo e colega e companheiro de partido, incontestavelmente, V. Exa. está falando, no momento, assunto importante e imperioso, que é exatamente o que se refere à fome que vem aumentando no Brasil. É problema de caráter nacional; não vamos dizer que é do atual Governo, porque o problema inflacionário vem de governos anteriores e não teve ainda solução. A meu ver, o problema não é pura e simplesmente o da elevação do salário, ou seja, do salário do operário que, na fase atual, é um salário de fome. Há necessidade

de premente de o Governo olhar para as classes menos favorecidas, amparando-lhes a situação econômica e financeira, minorar-lhes a situação de precária em que vivem. Mas, V. Exa. há de compreender, como homem de talento e cultura...

O SR. AARAO STEINBRUCH — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ...que o problema salarial está incontestavelmente subordinado a outros fatores de importância capital, tornando-se, conseqüentemente, um problema complexo. Sabe V. Exa. que, desde os governos anteriores, temos verificado que o salário é aumentado pelo atendimento e assistência do Governo às necessidades populares. No entanto quando aumentado o salário-mínimo imediatamente sobre o custo de vida. Com a determinação da elevação do salário o custo de vida sobe e absorve o aumento que foi dado. Há, pois, necessidade de o Governo, o Legislativo e o Executivo, descobrirem os meios necessários para que a elevação do salário tenha, realmente, a eficiência que deve ter. Quer dizer, não adianta aumentar-se o salário quando o nível de vida se eleva absorvendo o aumento, deixando as classes menos favorecidas na situação dolorosa em que se encontram em todo o País. Que o Governo encare esse aspecto, que V. Exa. focaliza tão bem, e que constitui aspecto humano dos mais importantes da vida do País. É preciso — repito — descobrirem-se meios de elevar salários, evitando, ao mesmo tempo o aumento do custo de vida. Isto porque basta que se fale em aumento de salário-mínimo para imediatamente se processar o aumento do custo de vida. Tinhamos, assim, dois aumentos: um quando se anunciava que o Governo iria decretar o aumento e o outro quando o salário era, efetivamente decretado. Assim, o aumento chegava e o custo de vida aumentado chegava, o benefício dado ao trabalhador. Portanto, o assunto que V. Exa. está tocando não é um problema do maior interesse e que deve merecer de todo Governo humano e atencioso, necessária para que vejamos minorado, quanto menos, a situação dolorosa em que se encontra a classe trabalhadora.

O SR. AARAO STEINBRUCH — Agradeco o honroso apoio do nobre Senador Argemiro de Figueiredo, com o qual estamos parcialmente de acordo. Realmente, não interessa ao trabalhador o aumento do salário havendo como decorrência deste fato, o aumento do preço das utilidades, inclusive vestuário, alimentação, etc. Mas V. Exa. há de convir que ainda não se aumentou o salário-mínimo. Pretende-se aumentar em março, mas já houve aumento considerável nos preços dos gêneros; os transportes continuam aumentados; está-se anunciando aumento nas tarifas que trafegam entre Rio de Janeiro, nos transportes ferroviários e rodoviários, em razão do aumento da gasolina.

O aumento da gasolina determinou aumento automático de todas as utilidades. Por isso, sempre fui desfavorável à decisão do Governo de não subsidiar a gasolina, que é produto primário, cujo aumento determina a elevação de preço de todas as outras utilidades. Sou favorável a que o Governo não dê subsídios a outros produtos, como o trigo, que tem poucos derivados; a gasolina deve ser subsidiada. Outra irregularidade que vejo no aumento de gasolina: a gasolina para aviação não é aumentada, é subsidiada, quando não há subsídio para a gasolina para veículos de transporte de passageiros, de carga, etc. A atual política econômico-financeira do Governo procura corrigir a inflação sobrecarregando uma parte apenas, o trabalhador, não permitindo que o seu salário seja aumentado. No entanto, o próprio Ministro da Fazenda atual acha que são quatro os fatores que

determinam a inflação e entre eles está o salário. Mas os salários não acompanham os aumentos de custo de vida; os próprios aluguéis aumentam em proporção muito maior do que os salários, pois recebem o impacto do aumento mais o fator "kappa". Num país onde o déficit habitacional é da ordem de 8 a 10 milhões de residências, não é possível deixarmos os aumentos entregues à lei da oferta e procura, ou da livre concorrência. Porque, segundo a nova legislação, as locações novas são livres e os imóveis liberados poderão ser locados por qualquer preço.

O que estamos advogando é que não se faça, na atual conjuntura, a correlação entre o aumento de salário-mínimo e o aumento dos aluguéis, que não se faça essa ligação, porque, conforme acentuei, aqueles operários que não tiveram aumento de salário, apesar de haver o aumento do salário-mínimo também terão que pagar um novo aluguel.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. permite um aparte? Perdoe-me estar interrompendo seu discurso, brilhante, da maior atualidade, momentâneo.

O SR. AARAO STEINBRUCH — As interrupções de V. Exa. são motivos de honra para mim.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Meu Senador, V. Exa. deve frisar bem as suas expressões anteriores, ao referir-se à determinação, a orientação do Governo em elevar o preço dos combustíveis. E realmente, uma política contraditória praticamos os assessores, os técnicos, os especialistas da atual administração. Parece-me contraditório tentar se combater a inflação e permitir-se que os órgãos do Governo elevem o preço dos combustíveis que como V. Exa. declarou, tem reflexo imediato no custo de vida geral do País. Este é que é o ponto doloroso da questão. Quando se quer evitar o aumento do custo de vida, pode-se enfrentar os problemas referentes às atividades privadas, incorreções e desigualdades de concorrência no comércio, mas não por parte do Governo. Jamais deveria haver aumento de preços, no momento em que a política do Governo é de combater a inflação. Jamais deveria permitir-se que os próprios órgãos do Governo elevem o preço dos combustíveis, que tem um reflexo geral no preço das utilidades essenciais à vida.

O SR. AARAO STEINBRUCH — V. Exa. tem toda razão. É esse o ponto de vista que estamos defendendo. O próprio Governo cobra a correção monetária aos devedores, relativos e morosos dos que vão ao Banco Nacional de Habitação para conseguir empréstimo para a casa própria, na base da elevação do custo de vida, fazendo refletir esse correção no câmpulo geral de vida, da nação, no entanto, não aumenta o salário do operário na mesma base. Pelo contrário, prefere continuar a política anterior, seguida no Governo Castello Branco, de não permitir que o Congresso Nacional revogue as leis que foram denominadas, muito popularmente de arrocho salarial. O próprio Ministro do Trabalho informa à imprensa todo dia — todo dia ela o informa — que, realmente, a política salarial do atual Governo, como a do anterior, estava errada, porque não calculou bem os índices dos resíduos inflacionários, mas não quer tomar a iniciativa de corrigir esse defeito do sistema anterior e não permite que o Congresso o faça. Tramita pela Câmara de Deputados projeto revogando a lei do arrocho salarial; deputados mais liberais ao Governo pedem vista do projeto e o Líder do meu Partido, por mais que queira, não consegue que o projeto seja apressado inclusive em regime de urgência para desforçar a situação de angústia em que vive o trabalhador, o funcionário,

público, o homem da classe média. Existe, realmente, o Banco Nacional de Habitação. Não desconhecemos o fato. Mas é o próprio presidente do Banco quem informa à imprensa que até 1971 seriam construídas um milhão e quatrocentos mil unidades, com recursos próprios do Governo e recursos das atividades privadas. Se no Brasil, país de oitenta milhões de habitantes, a explosão demográfica é uma das mais acentuadas do globo, havendo, por ano cerca de dois milhões e poucos de indivíduos, esse número não dará para atender à nova demanda, em razão do crescimento populacional. Por isso o problema é grave. No antigo Distrito Federal, na Guanabara, estatística levantada por um órgão autorizado, só em 1966, foram propostas 40.000 ações de despejo, sendo que 70 por cento delas por falta de pagamento. Por que? Porque o novo inquilino estipula determinado contrato, mas se submete à correção monetária. Mais tarde aumentando o imposto — hoje, pela Lei do Inquilinato, as taxas de condomínio, imposto predial, água, tudo corre por conta do inquilino — aumenta a taxa de tal maneira que depois de um ano o inquilino não tem mais condições de pagar o novo aluguel, em virtude do reajustamento de salário-mínimo e das novas taxas que incidem sobre o imóvel.

Então, é sacrificada a classe média, principalmente, pois não tem meios de suportar o novo aluguel não podendo se valer do Banco Nacional de Habitação, porque é obrigado a pagar que se construa a nova casa enquanto está pagando aluguel, e subseqüente, por consequência, a correção monetária no Banco Nacional de Habitação.

Existe, Sr. Presidente, entendendo, então, o Líder do meu Partido e o Líder do Governo no sentido de estabelecer um requerimento de urgência a esta Casa sobre proposição que em 1966, originária da Câmara dos Deputados, para a fixação de um prazo temporário, se não nos falta a memória de dois anos sobre a seguinte matéria: não houve liberação do aumento do salário-mínimo com o aumento das locações.

Agora, tem novo dado tanto as que foram dadas aqui — o café, de 400 cruzeiros antigos passou para 600 e os tomates — do preço do pão — do que, hoje, é um alimento de exclusividade e de grande parte da população. Café produzido no Brasil, que tem cultura considerável, de milhares de áreas que não são exploradas — porque não podemos explorar café solvel — o café que era vendido a 400 passou para 600 cruzeiros antigos.

É um dado a mais, no problema, para que o Congresso, capacitando-se de que deve legislar de que não deve esperar que as mensagens venham do Poder Executivo — que muitas coisas tem para fazer, pois são muitos os problemas que afetam o Executivo.

Já que existe uma proposição, Senhor Presidente, em tramitação na Câmara, originária da Câmara dos Deputados, e o Senado aprovou-a para que, sobrenão a sanção do Poder Executivo, seja aplicada a inquilinos que, pelo mais, por um prazo de dois anos, enquanto persistisse a atual conjuntura econômico-financeira do País, pelo fato de sobrevir um aumento de salário-mínimo, não teriam que arcar com o aumento de aluguel na mesma base do aumento do salário-mínimo adicionado com o aumento do custo de vida em geral. (Palmas. Muito bem!)

O SR. EURICO REZENDE:

Pelo a palavra como líder, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra V. Exª, como Líder.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, de algum tempo a esta parte, circulam, em Brasília, boatos insistentes no sentido de que estaria prestes a exoneração do Prefeito do Distrito Federal.

Esses comentários, via de regra, quando conectados com setores governamentais, geram fatores psicológicos evidentemente prejudiciais à máquina administrativa.

É um procedimento que sempre se inspira no desejo de manifestar antipatia pessoal. Não fosse o dano que esses boatos ocasionam, sempre e sempre, em tantas ocasiões e em quaisquer circunstâncias, diminuindo a produtividade no serviço público o tempo — e apenas o tempo — se encarregaria de desmentir, obviamente pela ausência de concretização do fato anunciado.

Verifiquei, Sr. Presidente, em contactos com alguns setores da Prefeitura de Brasília que o realjo de tais conversas, dominou por inteiro, desde a cúpula, passando pela via intermediária da administração, até a esfera menor do funcionalismo público, e extrapolando esses limites alcançou mesmo aqueles órgãos e aquelas instituições privadas cujos interesses se interligam e se entrelaçam com a administração pública.

Cumprindo o meu dever de Líder do Governo, em exercício, e também no atendimento de minha qualidade de membro da Comissão do Distrito Federal, no Senado procurei averiguar, procurei buscar uma resposta definitiva àquela onda incessante de boatos.

Hoje, posso, Sr. Presidente, em nome do Governo Federal, afirmar ao Senado, a Brasília e à Nação, que o Prefeito Wadjó da Costa Gomide continua a merecer a integral confiança do Sr. Presidente da República, confiança essa traduzida e homologada pelo voto quase unânime desta Casa. E essa confiança, Senhor Presidente ao revés de se ver erodida, mais se robusteceu nesses meses de administração, através de obras progressivas e por intermédio dos projetos que estão sendo executados, diante da programação inteligente, lucida e perseverante do Ilustre Governador de Brasília.

Esta comunicação que faço, Senhor Presidente, em nome do Governo, encerra também uma rogativa, para que os interessados na intransigência e os adversários do Sr. Prefeito municipal abandonem sua usina de intrigas e de comentários, porque Sua Excelência não desmereceu, ao contrário vê renovada e mais ainda argamassada a integral confiança do eminente Presidente Costa e Silva. — (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio, por cessão do nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, está em debate no País, neste momento, o plano do Instituto Hudson dos Estados Unidos da América do Norte, a respeito da criação de grandes lagos na região amazônica.

Entendo, Sr. Presidente, que nós, brasileiros, devemos acautelar-nos, diante de mais essa investida contra uma região cobçada, que já foi alvo no passado de algumas tentativas de internacionalização. E ninguém duvida que a ameaça existe realmente.

Não se trata de chauvinismo nem de xenofobia, nem de medo despropósito.

Quem vem acompanhando, sobretudo de certo tempo para cá, a propaganda e a movimentação do Instituto Hudson, há de convencer-se de que o plano já está de fato elaborado e que esse organismo só espera a oportunidade, o momento azado, o momento preciso, para tentar a sua execução.

Leio, Sr. Presidente, a entrevista do representante brasileiro ao jornal "Correio da Manhã", na qual ele, inicialmente, revela que os primeiros contactos com o Instituto Hudson foram promovidos pelo Sr. Roberto Campos e depois, em linguagem atrevida, audaz, insinuosa, revela todo o plano, nas suas linhas mestras, nas suas linhas gerais, fazendo, de passagem, referências injuriosas à Oficialidade do Exército, e encômios à Oficialidade da Marinha que ele considera de nível superior à do Exército, pois estaria apoiando o plano do Instituto Hudson.

Logo após essa entrevista, surgiu a reação e, paralelamente, também o apoio. Dois grandes jornais da Capital da República e um de São Paulo passaram a tachar de ignorantes e ridículos os que se levantaram contra o plano do Instituto Hudson. Outros grandes jornais, como o "Diário de Notícias" e o "Correio da Manhã", da Guanabara, e homens do Governo, como o Ministro Albuquerque Lima, do Interior, e com as naturais cautelas o Ministro Magalhães Pinto, do Exterior, pronunciaram-se contra a execução do plano.

A favor do plano há de se destacar, como sempre em situações semelhantes, a atuação do Sr. Roberto Campos que, num artigo publicado no jornal "O Globo", intitulado "Os futuros e o incêndio na caixa d'água", fala no "grande lago e na nacional-palhaçada".

Desta vez não pôde falar em comum — palhaçada; não pôde invocar mais uma vez a já batida e sedida indústria do anticomunismo, para defender os planos contrários aos interesses do Brasil e do povo brasileiro.

Desta vez ele não pôde levantar o fantasma da luta anticomunista para prejudicar o País, porque os homens que se pronunciaram, como o Ministro Albuquerque Lima, como o General Perí Bevilacqua, tímido, mas também como o Coronel Andreazza e como o Ministro do Exterior, Magalhães Pinto, estão acima desse tipo de respeito.

Busca, entretanto, ridicularizar, falando em "incêndio em caixa d'água" e referindo às vozes daqueles que se agravam mais uma vez, e que se há de levantar contra a cobiça externa a respeito daquela rica região brasileira.

Sr. Presidente, não é de hoje, vem de um século após a descoberta do Brasil as manifestações de interesse internacional pela Amazônia. Ainda no Brasil-Colônia, foram ingleses, franceses, irlandeses, holandeses, que chegaram a penetrar as bacias do Xingu e do Tapajós; e alguns deles se localizaram na foz do Amazonas, valendo-se de divergências a respeito das linhas estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com todo prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — Verifica-se pelo brilhante discurso que está pronunciando nesta Casa, que existe já há séculos uma preocupação estrangeira pelo domínio da região amazônica. V. Exª dá o exemplo de que, 100 anos depois da descoberta, grupos estrangeiros já procuravam assenhorear-se desse território. O que causa espanto, Sr. Senador, é que sabedor o Brasil dos interesses ame-

nigadas, com referência a esse território, não tenha através do tempo procurado desenvolver a região amazônica, povoando-a e dotando-a de todos os recursos indispensáveis para que sobre ela não recaísse a cobiça estrangeira. Essa é a minha perplexidade. Deve ser a de V. Exª e de toda a Nação. E vamos ver se desta vez resolvemos os problemas da Amazônia nesse particular.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Vossa Exª tem razão e irá verificar que esse é um dos aspectos que pretendo abordar nesta tarde, ao apreciar a intenção do Instituto Hudson de criar grandes lagos na região amazônica.

Sr. Presidente, já na Monarquia, quando da revolta de cabanagem, ingleses e norte-americanos tentaram aliar o chefe rebelde a fazer uma luta de secessão, a se separar do Brasil, mediante recebimento de apoio armado daquelas nações, representado inclusive em tropas. Mas já àquela altura estava arraigado o espírito de brasilidade do chefe dos cabanos, Angelim, e ele repeliu a proposta anglo-americana.

Tivemos depois a questão do Amapá, cobçada pela França. E depois a questão do Acre, que serve como uma advertência em duplo sentido: primeiro pelo perigo que representa a ocupação de um território por estrangeiros, que foi precisamente o que ocorreu no Acre, quando os seringueiros começaram a penetrar no Javari e no Purus, em território boliviano, e ali se fixando para afirmar a soberania do Brasil sobre o Território...

O Sr. José Ermírio — Permite Vossa Exª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Não vamos tão longe, nobre Senador: isso aconteceu no Texas com o México, onde grupos americanos se instalaram e fizeram sua independência, tornando-se um Estado americano. O que está acontecendo é o seguinte: grupos internacionais estão cobçando a Amazônia que, realmente, é uma região muito rica e já temos dito que entre o Tapajós e o Madeira talvez esteja a região mais rica do mundo em ouro, diamantes, sabinas que lá existem muitos, e de minerais, imensas reservas. E o que está acontecendo é que hoje, com a aerofotogrametria na mão, eles mesmo de avião ouça bem nobre Senador — podem determinar o que há embaixo do solo, de cem a cento e cinquenta metros de profundidade.

O Sr. Aarão Steinbruch — Suprem, deste modo, noventa por cento do trabalho dos técnicos.

O Sr. José Ermírio — Se não cuidarmos logo desta questão, perdemos a Amazônia, pois, hoje, de um avião, já podem determinar o que existe abaixo do solo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Exª tem razão.

Sr. Presidente, o que houve, no Acre, representa uma advertência em duplo sentido. Primeiro que nós, brasileiros, penetramos em território que não era nosso e o fomos ocupando, paulatinamente; depois, nos recusamos a entregá-lo. E Plácido de Castro, esse bravo gaúcho que a Amazônia conquistou, terminou incorporando ao território brasileiro o que hoje é o promissor Estado do Acre. Numa luta homérica e épica, à frente de seringueiros, enfrentou o exército boliviano comandado pelo seu Comandante em Chefe o Ministro da Guerra.

Há outros exemplos, Sr. Presidente, como a criação da "Amazon River", resultado da propaganda, nos Estados Unidos, feita por um oficial da Marinha americana que perseguiu a Região, percorrendo-a, sentindo sua

grandeza e, pelos idos de 83 — se não me engano — ou de 80, saiu, dizendo que os Estados Unidos deveriam dirigir-se à Amazônia, a fim de ocupá-la, porque só um povo forte poderia dominar aquela região, e, além disto, Belém, ficava mais perto de Washington do que do Rio de Janeiro.

Tres anos após essa pregação, era criada a "Amazon River", — que seria a internacionalização do rio, a penetração por navios americanos, — com o consentimento do Governo brasileiro mas o veto corajoso e patriótico do Governo do Pará, que impediu a entrada de navios americanos no grande rio.

Depois, foi a tentativa da Huleia — o Instituto Internacional da Huleia — já bastante conhecido. Não preciso, pois, me alongar em considerações a respeito do que resultaria a implantação desse instituto — a perda total e definitiva da região. Felizmente, houve aquela reação belíssima de patriotas, comandados na Câmara dos Deputados pelo Presidente Arthur Bernardes, que fez com que a medida morresse no nascedouro.

O Centro do Trópico Unido, ainda bem recente, em 1965, quando, a pretexto de se estabelecer, na região, um instituto científico de pesquisas, se objetivava, em verdade, a sua internacionalização, e retirava a participação, desse órgão, de todas as entidades brasileiras que lá atuam.

Agora, Sr. Presidente, é o Instituto Hudson, com seus lagos, a que me referirei dentro de mais alguns minutos.

Sr. Presidente, eu acentuo que não há, na minha atitude, chauvinismo nem xenofobia.

Considero que vivemos, executivos e apoiamos a política ocidental mas vejo uma distância muito grande em se apoiar a política ocidental, em apoiar as nações democráticas para o servilismo, para a subserviência, para a concessão de favores que prejudicam o interesse nacional. Vejo, no Brasil de hoje, uma tendência para esse servilismo, vejo, no Brasil de hoje, uma tendência para o entreguismo mais deslavado, para, inclusive, uma desnacionalização, para a criação de mentalidade que, jamais, irá beneficiar o nosso futuro, o nosso progresso e a solução dos nossos problemas. E são, assim, dezenas de casos.

Vamos começar, Sr. Presidente, com a presença, por exemplo, de americanos do norte, em quase todos os ministérios brasileiros, inclusive de técnicos americanos no Imposto de Renda. O acordo de ensino é executado por técnicos americanos, dentro do Ministério da Educação, Missões religiosas protestantes, ou com a capa de missões religiosas protestantes, correm este Brasil, de norte a sul, ricamente dotadas, com aviões, embarcações, dinheiro e muitos recursos, a fazer pregações e pesquisas que contrariam os interesses nacionais e ofendem, inclusive, a soberania nacional.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Exª me honra com um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Concederei já.

Trago aqui o depoimento de General do Exército José Luiz Guedes, em entrevista à imprensa carioca. Declarou S. Sª, referindo-se a essas tais missões religiosas:

"São constituições de vários membros, contando com geólogos, mineralogistas, químicos, físicos e outros profissionais".

E lá adiante:

"Possuem jipes, botes, lanchas, aviões e fortes recursos financeiros".

Concedo, agora, o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Parece que V. Ex.^a afirmou a existência de ingerência americana até no mecanismo do Imposto de Renda, de técnicos no Imposto de Renda e na administração do ensino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Na execução dos acordos de ensino.

O Sr. Eurico Rezende — Quanto à parte tributária, ainda do seu pessimismo, ignora inteiramente a participação governamental americana. No que diz respeito à aplicação de verbas, a exigência de fiscalização existe em documento público. Foi feito convênio com uma instituição americana oficial americana que forneceu os recursos e está, nos termos do convênio, exercendo um direito elementar, qual seja o de verificar se os recursos estão sendo aplicados convenientemente, isto é, nos termos do próprio convênio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Desconfiando da colônia? Falta de confiança nos homens da colônia?

O Sr. Eurico Rezende — Assim respondendo com objetividade. Se Vossa Ex.^a faz um empréstimo, por exemplo, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para fins industriais, esse crédito é supervisionado, é fiscalizado. Se um dia tivermos recursos para conceder empréstimos à América Latina, nós iremos fiscalizar também, sob pena de sermos disdidos e de V. Ex.^a, aqui, na retaguarda, criticar o Governo brasileiro por não estar fiscalizando a aplicação de seus recursos lá fora. De modo que atribuo as palavras tão-somente à interpretação deformativa ou, então, de fagocitose do seu pessimismo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — É a segunda vez que ouço V. Ex.^a falar tal palavra aqui no plenário. Certa vez o fez em relação ao Deputado Almino Afonso. Asseguro a V. Ex.^a que procurei esse termo nos dicionários e não o encontrei. Não o conheço. Portanto, não posso responder se estou ou não com fagocitose.

O Sr. Eurico Rezende — Na linguagem leiga defino esta palavra como uma espécie de esquentamento de sangue, ou, então, um excesso de formação de glóbulos em que há uma espécie de aceleração, um processo, digamos assim, de aceleração. Uso essa expressão naturalmente, não pedindo muitas desculpas aos médicos. É uma expressão que tem sido e vem sendo aceita na minha provincia parlamentar do Espírito Santo. Aqui, no altiplano da República, talvez essa expressão cause certa estranheza. Empregando-a eu quis dizer o seguinte: V. Ex.^a está exagerando; é um exagero...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Ex.^a verá que não é! E verá, pela análise que estou fazendo, a verdadeira infiltração americana no País, por um processo de deslocalização em curso.

Estava referindo-me a essas missões religiosas protestantes, as chamadas missões religiosas, que, além de se apresentarem assim como protetoras, benéficas, benedictas, oferecendo aquelas populações pauperíssimas que as têm com conforto e meios — que elas até então despossuíam — essas missões são muito ativas, interferem, inclusive, no controle da natalidade do País, aplicando D.I.U., processo de esterilização de mulheres no extremo Norte.

E quem o diz não sou eu e sim o Ministro da Agricultura quando declarou, em entrevista ao "Jornal do Brasil" que estão esterilizando mulheres em massa na Amazônia.

Ra, ainda, a declaração de um sacerdote católico, Frei Gil, do Maranhão, que diz o seguinte:

"Sendo esta uma região onde a mortalidade infantil chega a 80%, onde o povoamento é uma neces-

sidade premente para o seu desenvolvimento, o uso do anticoncepcional assume aspectos graves pois, num futuro não muito distante, pode fazer desaparecer as povoações".

Vê V. Ex.^a, nobre Senador, a gravidade da atuação dessas chamadas missões religiosas dentro do nosso País. E, o que é mais espantoso, o que é estereotipado, é a "fagocitabilidade" com que elas agem, a liberdade de ação que elas têm, a independência absoluta de correr este País e decidir, acima das autoridades brasileiras, sobre a solução de problemas que so a nós dizem respeito, e só por nós devem ser solucionados, resolvidos.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Arthur Virgílio permita-me V. Ex.^a, neste instante em que pronuncia um discurso do maior interesse nacional...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ... que eu formule um apelo aos meus companheiros de Partido e ao Senado em geral, especialmente aqueles que estão na área adversária nossa, no sentido de que olhemos, estudemos, examinemos o problema da Amazônia, não em caráter partidário, mas examinemos esses problemas realmente graves, como brasileiros. Vez que V. Ex.^a, neste instante não apenas se dirige aos seus correligionários, mas à mais alta Casa do Congresso. E o seu discurso, pela importância que tem, deve ser encaminhado ao Presidente da República, às classes armadas, para que eles o recebam como advertência séria de um patriota, de um brasileiro que deseja manter, à custa da própria vida, a integridade da Pátria, a integridade territorial do Brasil. O discurso de V. Ex.^a, que tem importância capital, pelos precedentes que vem relatando com o brilho que todos nós admiramos nos seus pronunciamentos, deve como advertência, ser levado a todas as autoridades, civis e militares desta Pátria, não só, repito pelo exame da parte histórica do problema amazônico que V. Ex.^a vem fazendo, como pelo que estamos presenciando ocorrer no futuro, em face de fatos reais inequívocos, que se estão passando no País. V. Ex.^a chama a atenção para a cobardia estrangeira, conhecida e reconhecida através da História, e agora mais acentuada pelos processos de penetração por todos os meios, que bem revela o pensamento de absorção a finalidade de usurpação de uma riqueza territorial e mineral que poderá ser mais tarde o fortalecimento da economia do País. Mesmo que não fosse, eminente Senador, uma região riquíssima como é não poderíamos permitir dentro do território do Brasil qualquer pensamento de penetração para ocupar terras brasileiras, porque estaríamos renunciando, nesta hora, aos nossos deveres, aos nossos deveres supremos de defender a Pátria acima de tudo. Fiquem V. Ex.^a, na certeza de que as autoridades militares, as Forças Armadas não permitirão essa infiltração de americanos, ingleses, russos invadindo o território com a intenção de internamente ocupar uma região brasileira ou mesmo ocupá-la com exclusividade por alguns países. Acordito, para o Senador, no patriotismo do Presidente da República neste setor e não posso admitir — causa-me horror admitir — que um homem da alta responsabilidade de Sua Excelência com o passado de vida pública, com o passado militar que tem, se comporte com planos macabros de tal natureza. Neste instante, V. Ex.^a

está-se dirigindo, em advertência, às classes militares, ao Presidente da República e a todos os patriotas do País, sem distinção partidária, sem sentimento algum partidário, porque suas palavras iniciais convenceram-me de que não é um correligionário, não é um homem do MDB que se manifesta nesta hora. É um patriota, é um brasileiro! Conheço bem os sentimentos de V. Ex.^a, e não tenho dúvidas de que o Senado deve ouvir e ouvir suas advertências, para que, como um corpo só, defenda, acima de tudo, os interesses nacionais, os interesses da Pátria!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado, eminente Senador Argemiro de Figueiredo pelo aparte de V. Ex.^a, o qual incorpo, com muito orgulho e com muito prazer, ao meu discurso.

A confiança que V. Ex.^a deposita nas Forças Armadas eu também a deposito. Elas não falharam até hoje nesse arrojado sentimento de patriotismo em defesa do nosso território: não falharam em relação ao Instituto de Física nem falharam neste caso do Instituto do Hudson.

Tenho citações a fazer, com muita honra de um jovem Oficial que ainda se prepara, ainda inicia sua carreira e de um outro já Oficial Superior, às vésperas de assumir as maiores Chefias, os maiores Comandos. V. Ex.^a, vai ver que os pronunciamentos de todos os Oficiais do Exército são no mesmo sentido dos de V. Ex.^a, intransigíveis na defesa do Território nacional, contra a cobardia, para ela de onde partir. Mas, nesse processo que eu vislumbro, que eu vejo com muita apreensão e da necessidade de se fazer a mobilização da opinião pública da mobilização da opinião nacional.

Temos aí, já esse conhecido escândalo das terras. Estão loteando este País, loteando-se do extremo Norte e Nordeste ao Centro.

Já o Senador Marcello de Alencar faz importante pronunciamento, nesta Casa, que mereceu inclusive, um comentário da Revista TIME, de New York, e agora me chegam novos dados às mãos — mapas completos de Municípios de Goiás, impressos nos Estados Unidos.

Só um cidadão americano, só um, está vendendo no Município de Ponta Alta do Norte, de Goiás, 213 fazendas! Só um deles, Mr. Selig! Lerei daqui a pouco, carta que ele enviou a autoridade brasileira e na qual fala que espera receber financiamento de um órgão oficial do Governo dos Estados Unidos da América.

Se não estou enganado, Sr. Presidente, foi este prospecto de propaganda que o Senador Marcello de Alencar apresentou ao Senado. Aqui, fazem-se duas citações interessantes: a primeira fala da divisão do "pote de ouro". O "pote de ouro" seria o nosso País, assim loteado para servir a interesses que não os nossos. A segunda é a alusão direta à lei de garantia de investimentos. Então, estimula-se os cidadãos americanos a aplicarem seus capitais aqui, porque há uma lei de garantia de investimentos que impedirá que eles tenham prejuízo com qualquer tempo.

Sr. Presidente, o interesse vem sendo tão grande na América do Norte pelas terras brasileiras, que a revista Time, num de seus últimos números, publica uma reportagem a respeito e declara que cerca de 40 bilhões de metros quadrados de terra foram adquiridos por americanos no Brasil.

Tenho aqui uma relação que consegui fazer, dados por mim colhidos, relativamente às propriedades que já foram alienadas: Em Goiás — 300.000 hectares; em Amapá — 180.000 hectares; no Amapá, ainda, no Vale do Jaú, Amapáense e Paraense — 2.000.000 hectares; em Mato Grosso — 500.000 hectares; em Roraima — em faixa de fronteira arrendada pe-

la, Firma J. G. Araújo — arrendada, uma vez que não podia ser vendida, por ser faixa de fronteira, a uma firma americana — 32 fazendas.

No Amazonas os levantamentos estão incompletos, mas o Sr. Ministro da Justiça declarou, em São Paulo, que estavam sendo concluídas as investigações sobre o caso da venda de setecentos milhões de metros quadrados de terras a estrangeiros na Amazônia.

Aqui está, Sr. Presidente, carta do Sr. Stanley Selig ao Sr. Fernando A. Censchow, em linguagem blandeira, afetuosa, falando na elegria que ele teve em terem permanecido juntos em Washington, do seu interesse em regularizar as suas terras junto ao IBRA, do destino que estava dando às suas fazendas, quantas já vendera:

(Lendo)

"Vendi praticamente 100% das fazendas seguintes: Sítios Portland, 250 fazendas; Sítios Colorado, 58 fazendas; Sítios Florida, 59 fazendas; Fazenda Sítio Novo, 60 fazendas; Fazenda Sítio Novo, 31 fazendas; Brasília-Suburbia, 390 fazendas; Fazenda Sítio Novo, 1.319 fazendas, Fazenda Mutambira, 451 fazendas. Vendi cerca de 50% das fazendas seguintes: Pioneer Farms, 128 fazendas; Wagon Wheels Farm, 232 fazendas..."

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Ex.^a, um aparte para esclarecimento?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Gostaria de saber o que V. Ex.^a chama de fazenda. Qual a dimensão da fazenda? É uma unidade métrica?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Depende. Há várias dimensões. Neste mapa, por exemplo, são 32 fazendas...

O Sr. Fernando Corrêa — Mas qual a extensão dessas fazendas?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Uma delas tem 19.392 acres, outra 17.000...

O Sr. Fernando Corrêa — Entendo que V. Ex.^a, deveria trazer ao plenário do Senado a medida métrica oficial do Brasil que é o hectare.

O Sr. José Ermirio — Um acre corresponde a 4.047 m².

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Estou citando em acre, porque os mapas foram feitos na América do Norte. Por exemplo, esta fazenda, de 5.000 acres...

O Sr. Fernando Corrêa — V. Ex.^a, há de concordar em que mais ou menos 2.500 hectares, falando na linguagem métrica brasileira, são uma fazenda, uma pequena fazenda. Não quero, naturalmente, defender o ponto de vista contrário a V. Ex.^a, porque não é esta a minha intenção. Apenas estou querendo situar a questão da medida da terra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado a V. Ex.^a, Senador Fernando Corrêa.

O Sr. José Ermirio — Permite-me V. Ex.^a concluir o meu esclarecimento. (Assentimento do orador) — Um acre são 4.047 metros quadrados, portanto só duas vezes e meio, quase o hectare.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, ainda na carta ao Chefe da Divisão de Cadastro e Registros do Ministério da Agricultura, o Sr. Selig relata as vendas e no final declara o seguinte:

"Já realizamos quantidade tremenda de trabalho e de estudos sobre as terras que possuímos e achamos que vai ser possível recebermos ajuda por parte de algumas entidades com que entramos em contato."

Cita, então, as entidades, inclusive o "U.S. Department of Agriculture".

O Sr. José Ermirio — É o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Visto, que eu chamo processo de condicionamento nacional, há interesses que não são nossos. Tivemos agora, há pouco, o escândalo da corrupção sindical. Líderes sindicais estão recebendo ajuda, subvenção, passagens, viagens, passeios para receberem orientações sindicais nos Estados Unidos. Entidades sindicais brasileiras estão recebendo subvenções de organismos internacionais, com sede nos Estados Unidos, para efeito de orientação de política sindical.

Se a presença americana no setor econômico representa quase que uma cupação; se setores básicos da economia brasileira estão sob domínio dos grandes trusts internacionais, a maioria deles com sede nos Estados Unidos, esta alienação nacional chega ao ponto de ouvirmos aquilo que escutam há pouco do nobre Senador Vasconcelos Torres; de que nos recentes vestibulares para as novas Faculdades uma das perguntas que se fizeram aos nossos rapazes que querem ingressar nas Universidades foi saber o nome dos cinco últimos chefes do Estado Maior do Exército norte-americano do Vietnã. E alguns que não responderam a esta pergunta podem ter sido até reprovados, porque não puderam responder a indagação, que talvez 90% da mocidade americana não o saberia fazer.

Agora, com a prisão desta jovem e bela boliviana Maria Ester — que, não sei, pela sua beleza, pela sua juventude ou pelo absurdo da prisão, o fato é que está comovendo a Nação — a Nação acompanha emocionada, interessada o destino desta jovem sul-americana, conhecemos o tipo de interrogatório a que a Polícia Federal submeteu esta jovem. Uma das perguntas que lhe fizeram, para saber se ela é subversiva ou não, comunista ou não, se era guerrilheira ou não, foi pedir a sua opinião sobre a política dos Estados Unidos da América do Norte.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. presta informações altamente importantes. E convém aditar, o que confirma a sua apreensão: há contratos de empréstimos feitos pelo Banco do Brasil a empresas privadas, em que expressamente consta cláusula declarando: o dinheiro deste empréstimo foi fornecido pelo Governo dos Estados Unidos da América do Norte, através da Aliança para o Progresso. Mas, não é isto só: o contrato obriga a empresa que obtém o empréstimo a divulgar a origem do dinheiro, estabelecendo até a forma em que deve ser feita esta divulgação. Então, como V. Exa. vê, não é o estabelecimento de crédito do Brasil que tem o privilégio de operar com empresas privadas brasileiras. Praticamente, opera em nome do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, porque é obrigado a declarar a origem do dinheiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — É mais uma informação que V. Exa. presta, da maior importância, para se juntar a este processo que estamos sentindo que estamos vendo, que estamos apalpando, que está diante de nós o que representa, inevitavelmente, um perigo, porque se trata de uma nação credora, uma nação que economicamente nos domina.

Vê V. Exa. a quantos condicionamentos, a quantos perigos poderá ficar exposto o País se não nos alertarmos contra essa tentativa de desnacionalização, contra essa falta de confiança naquilo que é nosso, contra essa submissão e essa subserviência a uma potência que pode ser amiga, mas é uma nação estrangeira que tem os seus interesses, que jamais subordinará aos nossos e para executá-los, não hesitaria em aplicá-los contra o Brasil ou qualquer outra nação.

Antes de entrar diretamente na análise do projeto do Instituto Hudson, gostaria de lembrar que entre as nações com condições de se transformarem em superpotências está o Brasil. Adlay Stevenson cita a China, o Brasil e a Índia. Há outros economistas e observadores da política internacional que excluem a Índia, assegurando que esta não tem tamanho continental, não tem área geográfica continental para agasalhar população de uma superpotência como tem o Brasil e como tem a China.

O Sr. José Ermírio — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Já disse várias vezes, neste plenário, que o Brasil possui a segunda área agricultável do mundo, excedida apenas pela União Soviética. Já disse, várias vezes, no Senado que o potencial brasileiro é imenso. E isto deve conhecer melhor do que nós o Instituto Hudson que V. Exa. acaba de citar, pois no Ministério do Trabalho existem trinta e cinco super-técnicos e centenas de técnicos de alto padrão que andaram pela Amazônia, durante muito tempo, e conhecem esse fato pelo trabalho que ali fizeram e que ninguém mais conhece. Só eles o conhecem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Em área ecumênica continua, talvez, nenhuma nação se equipare ao Brasil. Não temos zonas glaciais, nem desertos, nem grandes montanhas, nem planaltos altíssimos. Nossa maior elevação, o Neblina, na fronteira com a Venezuela, tem apenas três mil metros. Em área ecumênica continua, portanto, o Brasil é talvez o maior país do mundo. Seus mais de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados poderão agasalhar uma população de até um bilhão de habitantes. E temos no nosso solo e subsolo todas as riquezas, todos os minerais, inclusive os atômicos, para serem aproveitados por um potencial energético que representa a metade de tudo aquilo que poderá produzir a América Latina.

Ora, Sr. Presidente, se é uma terra agricultável, se é uma terra com capacidade criadora extraordinária, se é uma terra com todos esses recursos, poderemos vir a ser uma superpotência se tudo isso for aproveitado em nosso benefício.

Deixemos, pois de ingenuidade ou de falsa ingenuidade encaremos friamente a realidade. O egoísmo internacional não admite sentimentalismo. As nações que fazem a sua grandeza às custas da miséria dos outros.

Façamos uma indagação: Qual seria a reação dos Estados Unidos da América do Norte para essa possibilidade? Como a grande nação do Norte veria a perspectiva do Brasil se transformar numa superpotência e competir com ela no plano internacional? Só um ingênuo dirá que a veria com bons olhos. Só quem não quer encarar com realidade diria que seriam capazes inclusive de nos ajudar para alcançarmos esse grato contubérnio.

Examinemos as divergências entre a Rússia e a China. É revisionismo? É revolução cultural? É divergência de ordem ideológica? Só um ingênuo acreditaria nisso. Em verdade não é. As divergências entre essas duas nações começaram quando a China iniciou a competição com a Rússia, no campo socialista — quando a China começava a crescer, mas sem fazer sombra, começava a se desenvolver mas sem competir, não houve divergência de espécie alguma, não houve revolução cultural, não houve acusações de revisionismo. Mas na hora em que a China começou a penetrar no campo socialista, a competição com a Rússia, surgiram então, desentendimentos, os choques.

O Sr. José Ermírio — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer!

O Sr. José Ermírio — V. Exa. falou no acordo de garantias. Devo lembrar-lhe como a Oposição lutou, no Governo passado, para que não fosse feito o acordo. Lutamos meses a fio, porque o cláusula IX diz o seguinte: esse acordo só pode ser denunciado com seis meses de antecedência, porém todos os acordos firmados têm, pelo menos, vinte anos de garantia. Isso é escrivizar um país!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Exato! V. Exa. tem toda a razão.

Sr. Presidente, já me vou alongando e ainda não entrei na tese mesma do meu discurso, que é o Instituto Hudson, cuja movimentação no Brasil, representando como que balões de ensaio, começou a 1º de junho de 1965, com o artigo do Sr. Herman Khan e do Sr. Robert Panero, publicado na Revista "Progresso" do grupo "Visão", que tem o Sr. Roberto Campos como seu consultor especial.

Em 3 de março de 1967 houve uma reunião no Ministério do Planejamento, a que o Sr. Roberto Campos alude nesse artigo publicado em "O Globo" que acabei de citar.

Em 23 de junho de 1967, logo depois de chegar de New York, o Senhor Felisberto Camargo representante do Hudson Institute no Brasil, proferiu uma conferência de 4 horas na Escola Superior de Guerra sobre os planos dos grandes lagos e oferecia àquela entidade os cinco volumes representando a fundamentação teórica da estratégia global do Pentágono. O terceiro volume — Tecnologia e Desenvolvimento, se refere precisamente à Amazônia e aos grandes lagos.

No dia 12 de dezembro de 1967 era publicada uma entrevista do Senhor Felisberto Camargo concedida ao "Correio da Manhã" essa entrevista que, foi assim, a maior afronta que um brasileiro poderia fazer à soberania de seu país dentro de suas próprias fronteiras.

Houve a reação do Itamarati em nota oficial, na qual fala, inclusive, em defesa da soberania do Brasil.

Sr. Presidente, o Plano dos Grandes Lagos não é quimera nem sonho, o Sr. Herman Khan é considerado e respeitado no mundo todo como um supergênio. É um homem que, num teste de inteligência, conseguiu um índice até hoje não alcançado por outro homem: 200 pontos, quando apenas 50 pontos caracterizam um gênio.

Fala-se, inclusive, que os seus dotes de estrategista credenciam-no, nesta hora, para ocupar a Pasta da Defesa dos Estados Unidos da América. Não é, portanto, uma quimera, um "Doutor Fantástico". Hollywoodiano a sonhar o impossível ou o irrealizável. É o estrategista que sabe o que quer, que sabe o que planeja, que sabe onde caminha e para onde vai, que realiza mais de 80 por cento dos trabalhos estratégicos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

Tudo o planejamento detalhado em mapas está feito. E há outros, mas só esses dão assim a idéia necessária. E todo o estudo, em extensão e profundidade, por cientistas do mais alto gabarito que estiveram na Amazônia, já foi feito. E os seis lagos, pelas informações que pude colher, inclusive um documento secreto, e que vem sendo dito pela metade nas entrevistas de Panero e de Camargo, seriam o seguinte: (Lê)

Os seis grandes lagos Amazônicos

1º) O projeto Chocó, objetivando duplicar o canal do Panamá, para servir aos interesses estratégicos dos Estados Unidos, e que

ligaria as bacias do Atrato e do San Juan. Há informações segundo as quais as obras já foram iniciadas.

2º) O projeto do Rio Caquetá (Japurá, no Brasil), cuja albufeira se estenderia, através da Amazônia colombiana, até as proximidades dos Andes. O objetivo seria facilitar a navegação.

3º) O projeto Orenoco — Amazonas na fronteira colombo-venezuelana como alternativa à comunicação natural já existente entre as bacias do Amazonas e do Orenoco, representada pelo canal do caciquário.

4º) O projeto Ucaiali, em Orellana — Pucallpa para "complementar" — como afirma o Sr. Panero — "a Carretera Marginal de La Selva".

5º) O projeto Guaporé - Paraguai, de barragens baixas, para criar um lago regional navegável.

6º) O grande lago Amazônico, em território totalmente brasileiro, cobriria área imensa, inclusive dois terços de Manaus, capital do meu Estado.

O custo desta barragem, segundo Panero Khan medearia entre 250 a 500 milhões de dólares, representando custo muito baixo, já o outro assessor brasileiro do Instituto Hudson Eudo Prado Lopes estima o custo em 1.500.000,00.

A técnica a empregar seria rudimentar, o que visa, certamente, a obter gastos relativamente baixos. Utilizar-se-iam barragens baixas, como afirma Panero, "construídas de terra ou atêrro hidráulico".

Na técnica a aplicar ressalta o menosprezo por uma eficiência de maior porte. Os geopolíticos desejam "eletricidade em pequenas quantidades" destinada às exigências do meio, o que não justificaria, por si só a construção.

Não há sofisma que obscureça, no entanto, que a meta a atingir tem alcance econômico e estratégico: minérios e matérias primas.

Declara Panero: "Corpo de Engenheiros dos Estados Unidos, 1945. Um completo estudo da rota do Corriquirari, incluindo mapas e estimativas preparados com vista a utilizá-lo para exportação de borracha pelo Brasil; e sobre o lago do Ucaiali: "Abrir zonas altas nas regiões orientais pouco exploradas peruanas e brasileiras".

O propósito de internacionalização beneficiando a nação financiadora, também é evidente. Panero é claro nos seus estudos: ligar o Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina pelo interior do continente; reduzir as atuais dificuldades de navegação e as distâncias a percorrer; abrir novas áreas drenadas, atualmente inacessíveis. É o principal, o fundamental, o ameaçador: "Focalizaria os esforços estrangeiros de desenvolvimento sobre nossas tangíveis."

Sr. Presidente, a Nação deve estar alertada e voltar em definitivo suas vistas para aquela região.

E agora vai a resposta ao aparte do nobre Senador Aarão Steinbruch.

De fato, ainda não descobrimos para nós a Amazônia. Ela tem vivido ao abandono, enquanto no plano internacional cresce a cobiça a seu respeito.

Há indícios de uma movimentação mais atuante. E quero fazer justiça ao ilustre Ministro do Interior, General Albuquerque Lima. Tem sido um devotado e apaixonado pelos problemas do extremo-norte. Tem sido um dedicado à solução desses problemas e tem sido, sobretudo um patriota com visão para alcançar, no futuro, o que poderá ocorrer à Amazônia.

O Brasil não ocupada, não defendida, não a fazer progredir.

Esse ilustre Ministro está procurando ampliar a atuação pioneira do Exército nas fronteiras; situação superpioneira da FAB que é, às vezes, o único fator do progresso e da eficiência na grande área; da Marinha, que agora também desdobra as suas atividades na região, com novos navios a percorrerem seus rios, a levarem o conforto da assistência moral às populações perdidas na hinterlândia imensa.

Agora mesmo, o Ministro Albuquerque Lima, com a Operação Rondon, está fazendo com que a mocidade brasileira conheça de fato aquele pedaço de chão, sinta a sua grandeza e se apaixone por ele.

A importância da Operação Rondon não está em levar esporadicamente jovens para dar assistência médica, dentária, ou qualquer outro tipo de assistência; a importância da Operação Rondon está no chamamento da atenção da mocidade brasileira para a Amazônia, para a região, fazendo com que ela desperte para o problema e sinta-o em toda a sua extensão, em toda a sua profundidade.

Mas, paralelamente a esse lado, há o aspecto negativo, que não se pode deixar de citar também.

A SUDAM, que é órgão incumbido de desenvolver a Amazônia recebeu migalhas de suas verbas. Outros órgãos, como o Instituto de Pesquisas da Amazônia, o Instituto Agronômico do Norte e entidades semelhantes, também receberam diminutas parcelas de suas dotações orçamentárias.

Há, entretanto, Sr. Presidente, um despertar de consciência.

Quando da implantação do Instituto Internacional de Milícia, as nossas Forças Armadas colocaram-se prontamente contra, colocando-o.

Agora, estou informado de que o Estado-Maior das Forças Armadas também já vetou o projeto do Instituto Hudson o que prova exatamente o sentimento de brasilidade que V. Exa. ressaltou e a confiança que inspira em todos nós de que esse plano não se realizará, por ser, em verdade, um plano de alienação e internacionalização da área, contra os nossos interesses.

E fecho deste discurso, Sr. Presidente, com a citação daquelas palavras a que me referi, de dois oficiais do Exército, precisamente sobre a Amazônia o que demonstrará que as nossas Forças Armadas estão atentas e não permitirão jamais que se produza de ser brasileira. O Tenente-Coronel Jorge Teixeira de Oliveira assumiu, em 1957, o comando do Centro de Instrução de Guerra na Selva, disse o seguinte:

"Pela primeira vez no Brasil toma-se uma medida concreta para a salvaguarda de um patrimônio que desde longa data está na mira de estranhos, que veem como solução para seus problemas de espaço a possível ocupação desta terra e ainda desconhecida região brasileira.

Na mesma ocasião, o capitão Celso Fregapani disse:

"Sabemos que o mundo se prepara para reclamar a Amazônia, mas os brasileiros lançam uma mensagem de esperança: nunca o seu Exército hesitará na defesa da Amazônia. Nunca recuaremos e nunca seremos vencidos." (Lamento bem, Palmeira).

COMPARECEM NAIS OS SENHORES SENADORES

Oscar Passos
Edmundo Levi
Milton Trindade
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Petrônio Portela

Ruy Carneiro
Rui Palmeira
José Leite
Josephat Marinho
Gilberto Marinho
Carvalho Pinto
Lino da Mattos
José Feliciano
Filinto Müller
Ney Braga
Adolpho Franco
Celso Ramos
Melo de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa projeto de lei que será lido pelo Sr. 1.º Secretário:

E' lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 1968

Dispõe sobre a situação dos servidores do INPS que, anteriormente à unificação da previdência social, ocupavam dois cargos ou empregos, cumulativamente, embora subordinados a regimes jurídicos diversos, e tiveram que optar por um deles.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos servidores e funcionários do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que, antes da unificação da previdência social, ocupavam cumulativamente dois cargos ou empregos, sujeitos a regimes jurídicos diversos e tiveram que optar por um deles, será paga uma indenização, por essa autarquia, relativa ao emprego que perderam e calculada de acordo com o disposto no artigo 478 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.º Os servidores a que se refere o artigo 1.º poderão, desde que o requeram e renunciem à indenização, trabalhar em regime de tempo integral, nos casos em que esse for aplicável e nos moldes estabelecidos para os funcionários do Poder Executivo.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

1. No regime legal anterior à criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) muitos funcionários da previdência social ocupavam, cumulativamente, dois cargos ou empregos, sujeitos a sistemas jurídicos e horários diversos.

Assim um funcionário de um Instituto — IAPC, IAPI, IAPETC etc. — subordinado às normas estatutárias (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei nº 1.711, de 1952) podia ser contratado para exercer emprego em outro órgão — SAMDU, SAPS etc., de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), recebendo de fontes financeiras distintas o que era perfeitamente admissível.

Após a unificação da previdência social, no entanto esses serviços foram englobados passando os seus servidores para o quadro do INPS. Embora tenha sido mantido o mesmo regime jurídico, como no caso do SAMDU (artigo 4.º do Decreto-lei nº 72, de 1966), a fonte pagadora tornou-se uma só — o INPS.

A administração desse novo órgão, tendo em vista tal fato, entendeu haver, nesses casos, uma acumulação proibida por lei, razão pela qual, através da portarias e decisões administrativas, forçou os interessados a optar por um ou outro emprego ou cargo.

Houve, assim, uma rescisão do contrato de trabalho, unilateral, imposta pela administração do INPS a numerosos servidores, sem ter havido qualquer indenização.

Dessa forma, muitas famílias ficaram-se, de um momento para outro,

grandemente prejudicadas e, mesmo, em dificuldades financeiras ocasionadas pela súbita e violenta diminuição de seus rendimentos mensais.

2. Outras leis têm sido promulgadas, extinguindo serviços existentes, criando novos, etc. e c. No entanto, em todas elas se adotam medidas de cautela, no sentido de deixar bem definida e resguardada a situação patrimonial e jurídica dos servidores abrangidos pela nova situação. Veja-se, por exemplo, o que ocorreu recentemente, por ocasião da reforma da legislação de acidentes do trabalho. A Lei nº 5.316, de 1967, em seu art. 23, estabelece:

"Art. 23. Ao empregado de sociedade de seguro que trabalhar na carteira de acidentes do trabalho desde antes de 1.º de janeiro de 1967, será assegurado:

I — O aproveitamento pela previdência social, mantido para ele, sem qualquer prejuízo, o regime da legislação trabalhista;

II — A dispensa, mediante a indenização cabível, nos termos da legislação trabalhista, a cargo da previdência social.

3.º Também serão aproveitados pela previdência social, nos termos do item I, os empregados que, exercendo funções ligadas à carteira de acidentes do trabalho, forem dispensados em razão da redução da atividade da sociedade de seguros, motivada por esta lei, e medida em termos de sua receita global de prêmios livre de resseguros."

Mesmo os que exercem funções ligadas à carteira de acidentes do trabalho foram protegidos.

É indispensável, porém, que se corrija a situação anômala e o tratamento injusto concedido aos servidores a que alude o projeto, dentro dos preceitos legais vigentes e das normas da Justiça Social, que devem preponderar no campo do Direito Social.

As medidas constantes do presente projeto regulam a matéria de maneira correta, justa e legal sem excessos e distorções, tendo em vista ser dever do Estado, proteger sempre os economicamente mais fracos e desprotegidos.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1968. — Nogueira da Gama.

LEGISLAÇÃO CITADA

1. Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1.º de maio de 1943:

"Art. 478. A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses."

2. Decreto-lei nº 72, de 1966:

"Art. 32. A partir da vigência deste Decreto-lei fica extinta a personalidade jurídica dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), passando os respectivos bens, direitos e obrigações a integrar o patrimônio do INPS."

"Art. 40. Os atuais servidores dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do SAMDU passam, sem alteração do regime jurídico a que estiverem sujeitos, a ser servidores do INPS."

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Projeto de Lei que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, às Comis-

sões Competentes. Sobre a Mesa projeto de resolução, da Câmara de Deputados, que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1968

Aposentada, por invalidez, Edméa Fernandes, Maraceni, nº 11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com os artigos 103, item I, e 101, item I, letra "b" da Constituição Federal, combinado com os artigos 340, item III e 341, item III da Resolução número 6, de 1933, e Resolução número 16, de 1933, o Sr. Edméa Fernandes, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Estímulo 11-11-11-11.

Justificação

Com o presente Projeto de Resolução visa a Comissão Diretora a conceder aposentadoria a servidor que encontra incapacitado para exercer suas funções.

Foi o funcionário em apuração submetido a exame pela Junta Médica do Senado, que concluiu por sua incapacidade.

Assim justificado, submete-se o projeto à consideração do Senado.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1968. — Nogueira da Gama.

— Nogueira da Gama, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto de resolução que acaba de ser lido será incluído oportunamente na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto de resolução que acaba de ser lido será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 21, DE 1963

Requeremos urgência, nos termos do artigo 323, número 5.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara número 189-63, que determina que os novos níveis de salários não sejam acartados realistas dos atuais, na locação de prédios residenciais.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1968. — Aurélio Viana — Paulo Rzederski — Aarão Schimbrich.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido será incluído na Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes 33 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 24, de 1963, nº 136-D-46 na Casa de Origem, que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários (IAPA), tendo por bases, sob números 493, 484, 485, 486 e 487, de 1965 e 501, de 1967, das seguintes Comissões: Constituição e Justiça, Administração, Legislação Social, Jororável, nos termos do

substituto que oferece; de Saúde, favorável ao substitutivo da Comissão de Legislação Social; de Finanças; 1º pronunciamento: solicitando audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social; 2º pronunciamento: (cumprida a diligência) parecer no sentido de ser sustada a matéria até a chegada, ao C.N., do Projeto de Lei dispondo sobre a reforma da Lei Orgânica da Previdência Social; da Legislação Social, pelo arquivamento.

A Presidência, antes da apreciação da matéria, prestará os seguintes esclarecimentos:

O Projeto foi incluído na Ordem do Dia de 7 de julho de 1955, quando, prevalecendo o parecer da Comissão de Finanças, teve sua tramitação sustada, a fim de se aguardar Projeto do Presidente da República dispondo sobre a reforma da Lei Orgânica da Previdência Social.

Com a promulgação do Decreto-lei número 72, de 1933, foi o Projeto remetido à Comissão de Legislação Social a fim de que esta verificasse ter ou não ele sido prejudicado com a unificação da Previdência Social e consequente criação do Instituto Nacional da Previdência Social.

A Comissão, em seu Parecer número 561, de 1957, concluiu pelo arquivamento do Projeto, por estar a matéria nele contida totalmente superada.

Em discussão o projeto que tem parecer, pelo arquivamento, da Comissão de Legislação Social. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa).

O projeto foi rejeitado e será arquivado.

Em consequência, vai também ao arquivamento a segunda matéria da Ordem do Dia que tramita em conjunto com o projeto ora apreciado.

E a seguinte a matéria arquivada:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 24 de 1963

Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários (IAPA)

CRIA O INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS AGRÁRIOS (IAPA).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Agrários (IAPA), com personalidade jurídica própria, de natureza paraestatal, sujeito à fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional do Trabalho tendo como finalidade primordial assegurar aos trabalhadores agrários e aos profissionais que se lhes assemelham um regime de previdência e assistência social na forma do regulamento da presente lei, a ser expedido.

Parágrafo único. O IAPA terá sede na Capital Federal e ação em todo o território nacional por intermédio de seus órgãos administrativos.

Art. 2º São segurados obrigatórios do IAPA:

- a) os seus servidores, funcionários ou contratados;
- b) os profissionais de serviços agrários e os que lhes sejam assemelhados;
- c) os empregados dos sindicatos, das classes agrárias ou similares e os das cooperativas de produção, abastecimentos e consumo rurais;

d) os trabalhadores em construções de rodovias, ferrovias e açudes, quando admitidos a título provisório;

e) os trabalhadores eventuais dos serviços públicos;

f) os trabalhadores e empregados das autarquias destinadas ao controle da exploração industrial ou comercial de produtos vegetais, pecuários ou minerais;

g) os que exercem atividades na indústria extrativa vegetal;

h) os trabalhadores braçais em geral não especificados nas alíneas precedentes que, na data desta lei, não tenham filiação declarada em instituição de aposentadoria e a pensão;

i) quaisquer outros profissionais que por ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social sejam equiparados aos definidos neste artigo.

Parágrafo único. Excepcionam-se das disposições deste artigo os profissionais considerados artífices.

Art. 3º Os segurados do IAPA compreendem uma categoria de empregados e outra de empregadores.

§ 1º Incluem-se na categoria de empregados todos quantos exercam suas atividades em troca do salário, ordenado ou vencimento.

§ 2º A categoria de empregadores integrará:

- a) os profissionais que trabalhem por conta própria, inclusive os rendeiros e os interessados nos lucros ou quotas de produção em lavras ou explorações agrícolas ou pecuárias de outrem;
- b) as entidades mencionadas no artigo 4º.

Art. 4º Para os fins da contribuição prevista na letra b do art. 15 no tocante ao disposto nas letras e e f do art. 2º, equiparam-se a empregadores os Estados, os Municípios, as autarquias e a própria União sem prejuízo quanto a esta, do que se preceitua, na letra e do citado art. 15.

Art. 5º O limite de idade para a inscrição do segurado não poderá exceder de cinquenta e cinco anos ou em ser inferior a quatorze.

Parágrafo único. Estão excluídos desta limitação de idade os que à data do início da vigência da presente lei, contarem mais de 55 anos.

Art. 6º Serão definidas em regulamento a forma de inscrição dos segurados e as condições para o registro dos empregadores, bem assim as obrigações e vantagens consequentes.

Art. 7º O Instituto será dirigido por um Conselho Administrativo (C.A.) sob a fiscalização direta de um Conselho Fiscal.

Art. 8º O Conselho Administrativo será constituído de três membros com mandato de 4 (quatro) anos, sendo o representante do Governo nomeado pelo Presidente da República, e o representante dos segurados e das empresas e dos sindicatos das respectivas categorias profissionais e econômicas e, na falta destes por associações de classe devidamente registradas e vinculadas à instituição.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto, que presidirá o Conselho Administrativo, será eleito anualmente entre seus membros, e terá o voto de desempate.

Art. 9º O Conselho Fiscal será constituído de 6 (seis) membros observado o disposto no art. 103 e parágrafo 1º e no art. 108 da Lei número 3.807 de 28 de agosto de 1960.

Art. 10 Os serviços do Instituto serão atendidos por pessoal nomeado em comissão ou em caráter efetivo podendo ser admitido excepcionalmente, e por prazo limitado, pessoal extraordinário, mediante contrato.

Art. 11 Os funcionários a título permanente serão grupados em carreiras, definida cada uma por atividade afins e comportante diferente graus para acesso, ou ocuparão cargos isolados.

§ 1º Para admissão no quadro permanente, além de outras condições

pessoais eliminatórias fixadas pela administração, é indispensável a habilitação por meio de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Ao acesso concorrerão, mediante condições que venham a ser fixadas em instruções, todos os que exercam funções na respectiva carreira. Não logrando nenhum desses as condições exigidas serão feitas provas de seleção a que se poderão candidatar quaisquer funcionários do Instituto admitindo-se como título, de preferência para o aproveitamento a cadereta militar de bons serviços.

Art. 12. O regulamento determinará as condições para nomeação, acesso, licenças e férias dos funcionários e as penalidades a que estarão sujeitos.

Art. 13 Além de quaisquer requisitos exigidos para a admissão de pessoal ao serviço ao Instituto é obrigatório a apresentação dos documentos seguintes:

- 1) Certidão de idade;
- 2) Carteira de identidade;
- 3) Documentação de família;
- 4) Folha corrida;
- 5) Prova de quitação com o serviço militar.

§ 1º É exigida para a admissão a qualidade de brasileiro nato;

§ 2º Para o exercício de cargo técnico cuja profissão esteja regulamentada faz-se mister a prova de habilitação na forma da lei.

Art. 14. Os funcionários admitidos a título permanente quando completarem dois anos de serviço efetivo somente serão dispensados por motivo de falta grave, apurada em processo administrativo, no qual lhes será assegurada plena defesa.

Art. 15. A receita do Instituto será constituída pelo seguinte:

- a) uma contribuição mensal dos empregados, correspondente a uma percentagem variável de 5% (cinco por cento) a 8% (oito por cento), sobre o salário de classe, até o máximo do valor do salário mínimo, vigente na Região;
- b) uma contribuição mensal dos empregados equivalente ao total das contribuições mensais de seus empregados;
- c) uma contribuição da União proporcional a dos segurados proveniente da importância arrecadada a título de quota de previdência na forma da legislação especial sobre o assunto;
- d) rendas resultantes da apuração de fundos;
- e) doações ou legados;
- f) reversão de quaisquer importâncias;
- g) rendas eventuais.

Art. 16. Para garantia dos riscos cobertos em relação aos segurados o Instituto manterá um fundo especial constituído pelas reservas técnicas e de contingência.

§ 1º As reservas técnicas e de contingência, devidamente apuradas constarão do balanço do Instituto e serão submetidas ao exame do Conselho Nacional do Trabalho.

§ 2º A taxa anual de juros, na forma da avaliação atuarial será fixada, inicialmente, em 5% (cinco por cento) ao ano.

Art. 17 Quando a reserva de contingência atingir 20% (vinte por cento) do total das reservas técnicas efetivamente realizadas, o Ministro do Trabalho e Previdência Social por proposta do Instituto e ouvido o Conselho Atuarial e o Conselho Nacional do Trabalho, poderá adotar medidas tendentes ao aumento das prestações de seguros e dos auxílios dos segurados e as pessoas de sua família ou concernente a redução das contribuições.

Art. 18. O patrimônio do Instituto e de sua exclusiva propriedade e em caso algum terá aplicação diversa da estabelecida em lei, sendo nulos

de pleno direito os atos em contrário, sujeitos os seus autores as sanções regulamentares sem prejuízo das de natureza civil ou criminal em que venham a incorrer.

Art. 19. O Instituto empregará o seu patrimônio de acordo com planos sistemáticos que tenham em vista:

- a) a maior produtividade da renda, com garantia real ou com a responsabilidade da União;
- b) o interesse social, de preferência o de seus próprios segurados;
- c) o equilíbrio da renda do Instituto, calculada em taxa média efetiva não inferior a 5% (cinco por cento) ao ano.

Parágrafo único. O Instituto atenderá tanto quanto possível a conveniência de aplicar 50% (cinqüenta por cento) das suas disponibilidades nas regiões de procedência das contribuições.

Art. 20. A aplicação a que se refere a alínea b do artigo anterior será feita mediante instruções da Presidência do I.A.P.A. depois de ouvido o Conselho Fiscal e consistirá nas operações seguintes:

- a) empréstimos simples ou com garantias aos segurados;
- b) empréstimos aos segurados com garantia real destinados ao financiamento da mineração da lavoura ou da pecuária e das construções inerentes a essas atividades, bem como a aquisição e liberação da gleba própria e a obtenção de máquinas e instrumentos indicados a melhor racionalização dos mistérios rurais;
- c) empréstimos a empresa ou instituições contribuintes do Instituto, com garantias reais ou caução de títulos da União Federal;
- d) empréstimos mediante garantia regular para financiamento de serviços a serem executados em épocas não coincidentes com as de atividades rurais e em que permite o aproveitamento preferencial de trabalhadores agrários disponíveis;
- e) aquisição de latifúndios para venda, em lotes até 25 hectares, visando a difusão da pequena propriedade entre os assegurados;
- f) construção ou compra de prédios destinados ao funcionamento da sede do Instituto e de suas Delegacias e Agências;

Art. 21 O Instituto cobrirá os riscos de doença, invalidez, velhice e morte dos respectivos segurados realizando em seu favor:

- a) seguro-doença;
- b) seguro-invalidez;
- c) seguro-velhice;
- d) seguro por morte;

Art. 22. Atendendo ainda, às finalidades colimadas, o Instituto concederá:

- a) auxílio-natalidade;
- b) auxílio-funeral.

Art. 23. O Instituto, mediante a percepção de prêmios a serem fixados, cobrirá os riscos de acidentes do trabalho ou de moléstias profissionais a que estejam sujeitos seus segurados, mantendo carteira especial ou ressegurando esses riscos conforme for prescrito em lei especial.

Art. 24. Salvo disposições especiais que venham a ser estabelecidas em lei sobre contrato de trabalho incumbirá ao empregador o pagamento dos vencimentos do empregado, correspondentes aos dias de afastamento do serviço por doença até o 30º (trigésimo).

Parágrafo único. O segurado, no gozo das prestações do seguro-doença que tiver alta atestada pelo Instituto, terá o direito de voltar para o serviço em situação idêntica à da época de seu afastamento considerando-se como dispensa injusta para os fins da legislação do trabalho, a recusa de sua readmissão pelo empregador respectivo.

Art. 25. A forma de concessão das prestações dos seguros e auxílios e a fixação dos respectivos coeficientes

serão estabelecidos no regulamento, ficando sujeitas a uma revisão trienal por ato do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante proposta do Instituto, ouvido o Conselho.

Art. 26. Para os efeitos do seguro por morte, consideram-se beneficiários dos segurados, na ordem seguinte:

- a) a viúva, o marido inválido, os filhos de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos, e as filhas solteiras, de qualquer condição ou idade;
- b) a mãe assistida e o pai inválido quando não houver filhos;
- c) os irmãos e irmãs menores de 21 anos ou inválidos.

§ 1º Os beneficiários designados nas alíneas b e c devem viver sob a assistência econômica do segurado. Do mesmo modo o cônjuge desquitado, ou separado, só terá direito a pensão se lhe houver sido assegurada a percepção de alimentos.

§ 2º O segurado, solteiro, desquitado ou viúvo poderá destinar a pensão, se não tiver filhos capazes de receber o benefício, a pessoa que viva sob sua dependência econômica, no mínimo há cinco anos e desde que haja subsistência impedimento legal para o casamento.

a) Se o segurado tiver filhos, somente poderá destinar a referida beneficiária, metade da pensão.

b) O segurado que for desquitado somente poderá valer-se do disposto nos parágrafos anteriores se não estiver compelido judicialmente a alimentar a ex-espósa;

c) Na falta dos beneficiários referidos nos parágrafos anteriores, o segurado poderá destinar a pensão a uma solteira, desquitada ou viúva, que vive sob sua dependência econômica.

§ 3º Não haverá reversão de quotas salvo por falecimento de viúva, ou do marido inválido, que tenha a importância do seguro repartida com filhos ou filhas menores de 21 anos ou inválidos.

Art. 27. O seguro-doença complementar-se-á com a prestação de assistência médica cirúrgica hospitalar e farmacêutica as primeiras, mediante contribuição suplementar que venha a ser fixada para esse efeito constante de um acréscimo sobre a contribuição do segurado e as correspondentes do empregador e da União, na conformidade das instruções que expedir o Ministério do Trabalho e Previdência Social e, quanto a última, mediante indenização do preço de custo.

Parágrafo único. A assistência médica far-se-á de preferência através da subvenção ou manutenção de estabelecimentos hospitalares e de ambulatórios ou postos médicos atendendo-se principalmente às moléstias de natureza contagiosa e de maior perigo social, podendo revetir-se de formas preventivas e abrangendo a assistência quer pré-natal, quer a maternidade e, ainda, mediante a manutenção de colônias de cura e repouso.

Art. 28. A fim de atender aos seus recursos o Instituto manterá cartas de empréstimos regidas por instruções especiais.

Parágrafo único. Nos cargos da assistência assegurada pelo Instituto inclui-se um serviço de creches que será montado e mantido mediante instruções especiais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e outro destinado a alfabetização de adultos.

Art. 29. Os bens e rendas do Instituto são impenhoráveis e equiparados aos da União Federal no tocante à taxação ou incidência de impostos de qualquer natureza.

Parágrafo único. As importâncias das prestações de seguro ou auxílios concedidos pelo Instituto, salvo os descontos que lhe são devidos e aqueles que derivam da obrigação de prestar alimento não estão sujeitas a quais-

quer deduções, arrefos, sequestros ou penhora.

Art. 30. É facultado ao Instituto fazer o seguro de responsabilidade decorrente do exercício de cargos de sua administração que exijam fiança e o das obrigações contratadas por segurados com o Instituto.

Art. 31. São isentos do imposto de selo:

- a) os livros, papéis e documentos originários do Instituto;
- b) os contratos do Instituto firmados com seus segurados ou com terceiros;
- c) quaisquer papéis que diretamente se relacionem com os assuntos de que trate o regulamento a ser expedido, quando procedentes de empregadores, sindicatos segurados ou beneficiários;
- d) os comprovantes fornecidos pelos empregadores e sindicatos aos empregados, relativos aos descontos das contribuições e os passados pelos segurados, ou beneficiários para percepção dos respectivos seguros, auxílios e assistência.

Parágrafo único. Excetuam-se da isenção de que trata este artigo, as certidões fornecidas pelo Instituto a requerimento dos interessados.

Art. 32. A correspondência postal e telegráfica do Instituto e o registro de seu endereço telegráfico gozarão dos favores concedidos por lei às entidades autárquicas subordinadas ao Governo da União.

Art. 33. O fóro do Instituto será o de sua sede, ou o da sede de suas delegacias nas ações em que ele for autor e o réu residir na jurisdição dos referidos órgãos.

Parágrafo único. São extensivas ao Instituto os privilégios da Fazenda Pública, quer quanto ao uso dos processos especiais de que goza esta para cobrança de seus créditos, quer no tocante a prazos e regime de custas, correndo os feitos do seu interesse perante os Juizes dos Feitos da Fazenda Pública e sob o patrocínio dos representantes legais desta.

Art. 34. O direito às prestações dos seguros extingue-se com o desligamento do segurado do Instituto salvo o que se referir ao seguro por morte, cuja rescisão obedece ao dispositivo no art. 35.

Art. 35. Aplicar-se ao Instituto os prazos de prescrição de que goza a União Federal.

Art. 36. A estrutura administrativa do Instituto e a forma de nomeação dos seus Diretores, Chefes de Serviço e Delegados, bem assim os regimes de arrecadação e de contas, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 37. Além das penalidades aplicáveis aos administradores e funcionários do Instituto o regulamento estabelecerá aquelas em que possam incorrer os seus infratores até ao máximo de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) atendido o disposto no Decreto-lei nº 65, de 14 de dezembro de 1937 no que for aplicável.

Art. 38. Na fase de organização do Instituto até a instalação de seus serviços fundamentais, será o presidente assistido por uma comissão que funcionará sob sua presidência designada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social composta de quatro funcionários da previdência social, inclusive um Atuário, um Procurador e um Contador.

Parágrafo único. Não poderá exceder de dezoito meses o período de organização de que trata este artigo.

Art. 39. No período a que se refere o artigo anterior poderá o Presidente do IAPA por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, requisitar funcionários de instituições autárquicas ou parastatais, que desfrutem legalmente a situação de efetivos.

Parágrafo único. Os funcionários requisitados na forma deste artigo, bem assim os referidos no artigo anterior, poderão ser aproveitados no quadro oficial de servidores do IAPA, assegurando-se-lhes todos os direitos adquiridos no órgão de onde provenham.

Art. 40. Decorridos dezoito meses de vigência desta lei, a apresentação da caderneta de previdência e condição indispensáveis para que os profissionais agrários:

- a) sejam admitidos a emprego;
- b) pleiteiem do IAPA ou de qualquer Instituto de crédito financeiro para exploração de atividade rural;
- c) participem de cooperativa que se destine ao amparo da produção agrícola ou pecuária;
- d) se habilitem à percepção de favores instituídos no Ministério da Agricultura em benefício da pecuária e da lavoura;
- e) participem de financiamento destinado pelos poderes públicos à produção vegetal ou mineral ou animal.

Parágrafo único. A caderneta de previdência será distribuída pelo IAPA e para os empregados, em caráter gratuito.

Art. 41. Até que a IAPA se habilite a se manter de rendas próprias, serão os seus serviços e instalações financiados pelos atuais Institutos de aposentadorias e pensões, mediante condições determinadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. O financiamento em objeto neste artigo não poderá produzir juros superior a 5% (cinco por cento) ao ano.

Art. 42. Será fixada em regulamento a data em que passarão a ser devidas as contribuições de que trata o Art. 15.

Art. 43. Os Diretores, Chefes de Serviço e Delegados do Instituto serão de livre nomeação do seu Presidente.

Art. 44. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias.

Art. 45. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 1963

Dispõe sobre as normas de Previdência Social para os trabalhadores rurais, cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Agrários, e dá outras providências.

(Do Sr. Nelson Maculan)

Art. 1º Regem-se-ão por esta Lei os serviços sociais de assistência e previdência dos trabalhadores e empregados rurais.

TÍTULO ÚNICO

Da Previdência e Assistência Social dos Agrários

Capítulo I

Do Órgão Previdenciário e Assistencial

Art. 2º É criado o Instituto de Previdência e Assistência dos Agrários (IPAGRA), competindo ao Poder Executivo regulamentar sua organização e estrutura dentro dos limites e preceitos da Lei Orgânica da Previdência Social.

Art. 3º O IPAGRA poderá celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, para realização de seus objetivos, mediante a aprovação do órgão colegiado dirigente, através de suas representações estaduais ou municipais.

Parágrafo único. As propriedades que já possuem ambulatórios ou hospitais funcionando em suas áreas e

prestando assistência médica gratuita aos trabalhadores e empregados agrícolas beneficiados por esta lei serão objeto de convênio especial com o IPAGRA para que este assumia, a partir da data do instrumento que for celebrado, a manutenção dos respectivos serviços, sem direito a ressarcimento dos serviços assistenciais prestados até a data do convênio.

Capítulo II Dos Recursos

Art. 4º Cabe ao IPAGRA arrecadar, para custeio de seus serviços, as seguintes contribuições:

- a) três por cento (3%) sobre o montante de salários ou remunerações mensalmente pagos aos trabalhadores e empregados rurais; e
- b) meio por cento (0,5%) sobre o valor das faturas ou notas de compra referentes à produção agropecuária.

§ 1º A contribuição de três por cento (3%) a que alude a alínea "a" e devida, em partes iguais, pelos empregadores rurais, pelos trabalhadores e empregados rurais, mediante desconto em seus salários ou remunerações mensais recolhido por guia ao órgão local do IPAGRA e pela União.

§ 2º Mediante convênio com os Governos Estaduais, a contribuição de meio por cento (0,5%) de que trata a alínea "b" deste artigo poderá ser recolhida no ato do pagamento do imposto de vendas e consumos nas Coletorias que a depositarão em conta do IPAGRA, nos estabelecimentos de crédito indicados pelo Instituto, respeitado o disposto no artigo 6º desta lei.

§ 3º A parcela da contribuição de que trata a alínea "a" deste artigo, devida pelos empregados rurais, é da responsabilidade do proprietário agrícola, do arrendatário ou de quem legalmente estiver no uso e gozo dos rendimentos da propriedade, por si ou interposta pessoa.

Art. 5º A receita do IPAGRA terá a seguinte destinação:

- a) até 40% (quarenta por cento) da arrecadação prevista poderão ser despendidos com o funcionamento e manutenção dos serviços burocráticos;
- b) pelo menos 30% (trinta por cento) da arrecadação prevista serão destinados a serviços de ordem assistencial;
- c) 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação prevista constituirão o Fundo de Aposentadoria e Pensões;
- d) 5% (cinco por cento) constituirão reserva para despesas de qualquer natureza de caráter imprevisto inclusive contratação de técnicos especializados, com ou sem tempo integral, para complementação do programa previsto na alínea "b" deste artigo.

§ 1º Na organização de seu quadro funcional, o IPAGRA, mediante entendimento com os órgãos do Poder Executivo, aproveitará tanto quanto possível, os servidores autárquicos excedentes de outros Institutos de Previdência. Necessitando ainda de outros funcionários, a administração será obrigatoriamente por concurso público de títulos e provas, ou de teste de provas, quando para preenchimento de cargos para os quais a lei não exija habilitação técnica profissional.

§ 2º Dentre outros, os serviços a que se refere a alínea "b" deste artigo, objetivarão, preferencialmente, a realização das seguintes modalidades de assistência:

- a) assistência médica preventiva e profilática, itinerante através de unidades móveis, que também prestarão sempre que possível assistência odontológica e medicamentos de prevenção;
- b) construção de pequenos hospitais no interior das zonas de produ-

ção, para cirurgia de urgência e pequena cirurgia;

c) assistência social, por equipes itinerantes de educadores sociais;

d) assistência técnica através de grupos volantes de agrônomos, veterinários e outros técnicos.

Art. 6.º Toda a arrecadação que, a qualquer título, o IPAGRA efetue, será depositada nas agências locais das Caixas Econômicas Federais ou, inexistindo estas, nas do Banco do Brasil S. A.

§ 1.º Onde não houver agência das Caixas Econômicas Federais ou do Banco do Brasil S. A., os depósitos a que se refere este artigo, serão efetuados nas agências das Caixas Econômicas Estaduais, nas dos Bancos Oficiais dos Estados ou dos Municípios, estes, com prioridade sobre aquelas, ou nas dos bancos particulares, prioritariamente nos bancos locais ou regionais, mediante prévia indicação do Conselho Diretor do Instituto que tenha jurisdição sobre as arrecadações.

§ 2.º Não havendo qualquer estabelecimento de crédito na jurisdição da repartição arrecadadora, os depósitos, remittidos o disposto no parágrafo anterior e neste artigo (caput), serão feitos em estabelecimento com sede na jurisdição da repartição arrecadadora do Instituto que apresentar maiores facilidades de comunicação e transporte.

§ 3.º Das receitas do IPAGRA, 70% (setenta por cento) serão retidos na própria repartição arrecadadora municipal, para aplicação na área de que provier a arrecadação; 20% (vinte por cento) serão remittidos à administração do IPAGRA no âmbito estadual; e 10% (dez por cento) serão encaminhados à administração central para custeio de seus serviços. Na mesma proporção as contribuições da União serão mandadas creditar no Instituto, à ordem das respectivas repartições regionais através do remessa feita por intermédio das Caixas Econômicas Federais S. A.

Capítulo III

Do Fundo de Seguros

Art. 7.º O Fundo de Seguros constituirá a reserva técnica financeira da Carteira de Seguros do IPAGRA, e será integrado com recursos provenientes da parcela referida na alínea "b" do art. 5.º para proporcionar aos trabalhadores e empregados rurais, dentre outras que poderá adotar conforme o aconselham as necessidades, as seguintes modalidades prioritárias:

- a) seguro de acidentes do trabalho;
- b) seguro-enfermidade;
- c) seguro-maternidade;
- d) seguro-educação.

Parágrafo único. Nunca menos de 60% (sessenta por cento) do Fundo de Seguros serão aplicados nas modalidades referidas neste artigo.

Capítulo IV

Das Seguradas

Art. 8.º Todo trabalhador ou empregado rural será obrigatoriamente segurado contra acidentes do trabalho, na Carteira de Seguros do Instituto de Previdência e Assistência dos Aгрários.

Art. 9.º Facultativamente, poderão contribuir para o IPAGRA com direito aos benefícios por ela prestados, os parceiros, meios e arrendatários rurais, bem como os proprietários rurais que o desejarem obedecendo as normas que sobre o assunto baixarem os órgãos dirigentes do IPAGRA.

Capítulo V

Das Dependentes

Art. 10. São dependentes do Segurado, para os fins desta lei:

- I — a esposa, o marido inválido ou filhos de qualquer condição, quando inválidos ou menores de dezoito

anos, as filhas solteiras de qualquer condição quando inválidas ou menores de vinte e um (21) anos;

II — o pai inválido e a mãe;

III — os irmãos inválidos ou menores de dezoito (18) anos e as irmãs solteiras, quando inválidas ou menores de vinte e um (21) anos.

§ 1.º O segurado poderá designar, para fins de percepção de prestações, qualquer pessoa que viva sob sua dependência econômica.

§ 2.º A pessoa designada apenas fará jus à prestação na alta dos dependentes enumerados no item I deste Artigo e se por motivo de idade, condição de saúde ou encargos domésticos, não puder angariar os meios para seu sustento.

Art. 11. A existência de dependente de qualquer das classes enumeradas nos itens do Artigo anterior, exclui do direito à prestação, todos os outros das classes subsequentes e a pessoa designada, excluindo os indicados nos itens II e III do mesmo Artigo.

Parágrafo único. Mediante declaração escrita do segurado, os dependentes indicados no item II do Artigo anterior, poderão concorrer com a esposa, o marido inválido ou com a pessoa designada na forma do parágrafo primeiro do mesmo artigo, salvo se existirem filhos com direito à prestação.

Capítulo VI

Das Benefícios

Art. 12. O IPAGRA prestará aos segurados rurais, entre outros, os seguintes benefícios:

- a) assistência à maternidade;
- b) auxílio-doença;
- c) aposentadoria por invalidez ou velhice;
- d) pensão aos beneficiários em caso de morte;
- e) assistência médica;
- f) assistência odontológica;
- g) assistência dispensável de urgência;
- h) auxílio-funeral;
- i) outros previstos em lei.

Parágrafo único. Os benefícios correspondentes aos itens "b" e "c" são privativos do Segurado.

Disposições Especiais

Art. 13. Os benefícios concedidos ao segurado rural ou seus dependentes, salvo quanto às importâncias devidas ao IPAGRA, aos descontos autorizados por lei, ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecidos judicialmente, não poderão ser objeto de penhora, arresto, ou sequestro, sendo nulas de pleno direito qualquer venda ou cessão, a constituição de qualquer ônus e a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 14. O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado rural ou seu dependente, salvo em casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiário, quando se trata por procurador, mediante concordância expressa do IPAGRA que poderá negá-la quando julgar conveniente.

Art. 15. Não prescreverá o direito ao benefício, mas prescreverão as prestações respectivas no reclamadas no prazo de cinco (5) anos, a contar da data em que forem devidas.

Art. 16. Em caso de morte do segurado, as importâncias a ele devidas serão pagas aos seus dependentes, revertendo, na falta destes, ao Fundo de Seguros do IPAGRA.

Art. 17. Os recursos do Fundo de Seguros não poderão ter destinação diferente da prevista nesta lei sob pena de responsabilidade civil e criminal dos que a determinarem ou a praticarem.

Art. 18. Os benefícios previstos na presente lei somente passarão a vigorar após o primeiro ano a que se referir a arrecadação.

Art. 19. Nos 90 (noventa) dias seguintes à providência de que trata o Artigo 22, o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social regulamentará as relações entre o IPAGRA e seus contribuintes, devendo constar do regulamento, entre outros, os seguintes pontos:

a) indicação normativa para concessão e cálculo dos valores dos benefícios a que se referem as alíneas do artigo 12;

b) definição e caracterização dos diversos auxílios;

c) exigência para concessão de cada um dos benefícios inclusive prazo de inscrição dos dependentes do segurado, observados os casos em que é dispensada a carência;

d) casos de perda da qualidade de segurado;

e) normas para inscrição dos segurados e dos contribuintes facultativos, bem como dos respectivos dependentes e outras medidas que objetivarem sua maior facilidade;

f) normas, para que, mediante acordo, as entidades locais se encarreguem do pagamento dos benefícios concedidos aos segurados ou dependentes;

g) normas para o estabelecimento das taxas de contribuição dos contribuintes facultativos, a que se refere o art. 9.º.

Art. 20. A regulamentação de que trata o artigo anterior, deverá referir-se, também, entre outros, a os seguintes objetivos:

a) normas para arrecadação do Fundo de Seguros, bem como sua cobrança e recolhimento;

b) normas para fiscalização da arrecadação do Fundo, inclusive para os processos administrativos e respectivas penalidades;

c) normas para aplicação do patrimônio, respeitado o disposto nos arts. 5.º, 6.º e 7.º;

d) fixação dos coeficientes das despesas administrativas em relação à receita, necessárias para a execução dos serviços atribuídos ao IPAGRA, na presente lei.

Art. 21. As contribuições a que se refere o art. 4.º só serão devidas e exigíveis a partir da vigência desta lei, mas só serão cobradas após a instalação e funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Aгрários, depois de adotadas as providências de que tratam os arts. 19 e 22.

Art. 22. Dentro em 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta lei, o Poder Executivo, em decreto estabelecerá a organização do Instituto de Previdência e Assistência dos Aгрários (IPAGRA).

Art. 23. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias depois da publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 758, da Comissão Diretora, sobre a indicação nº 1 de 1967, do Sr. Senador Atílio Fontana e outros Senadores, que sugere à Comissão Diretora a criação de serviço confidencial para as informações que menciona (parecer no sentido de ser arquivada a presente indicação, aproveitando a ideia nela constante em situação oportuna).

Em discussão. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Foi aprovado.

A indicação será arquivada.

E' o seguinte o Parecer aprovado:

PARECER Nº 758, DE 1967.

Da Comissão Diretora, sobre a Indicação nº 1 de 1967, que sugere à Comissão Diretora a criação de serviço confidencial, para as informações que menciona.

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A presente indicação, subscrita pelo Senador Atílio Fontana e outros Senhores Senadores, sugere à Comissão Diretora a criação de um serviço cadastral, de caráter confidencial, de nomes de personalidades que, em razão de sua situação funcional ou profissional, estejam em condições de serem escolhidos pelo Presidente da República, para cargos compreendidos no sistema de referendo do Senado Federal.

A indicação é justificada com a alegação de que tanto os Senadores como as Comissões Técnicas não possuem elementos seguros de informação sobre as reais qualificações dos indicados, em que pese ao curriculum vitae do proposto, que nesses casos, acompanha a mensagem presidencial.

O serviço de cadastro, segundo esclarece a presente indicação, seria organizado com os recursos existentes na Secretaria do Senado, sem novos ônus orçamentários ou aumento do quadro de servidores.

E' ainda a indicação que esclarece a natureza dos registros cadastrais, aduzindo que os mesmos deveriam reunir informações minuciosas sobre ocorrências da vida pregressa dos cadastrados.

Na espécie, vale ressaltar os elevados propósitos dos autores da indicação, os quais vêem, na providência recomendada, a solução adequada ao problema da escolha de nomes para o desempenho de funções públicas de grande relevância, quando submetidos ao exame do Senado Federal, por força de imperativo constitucional ou legal.

No momento, entanto, dado o crescimento do volume de encargos da Secretaria do Senado, não seria possível, sem prejuízo fundamental para outros setores administrativos, deslocar servidores para o serviço a ser criado, em número suficiente ao seu pleno atendimento.

Ademais, o novo conjunto de atribuições teria que ser atendido por recursos materiais específicos, que, certamente, se traduziriam em ônus orçamentário obrigatório.

Quanto aos resultados práticos da medida, poderiam prever-se dificuldades insuperáveis que, em muito, reduziriam a eficiência do serviço, uma vez que, ao contrário dos sistemas das redes bancárias — que funcionam em regime de troca de informações de interesse recíproco — teria de valer-se de seus exclusivos recursos para formar cadastro eficiente e à altura de suas objetivas finalidades.

Além do mais, nada obsta a que os Senadores, seja por intermédio da inscrição direta do proposto, senão, também, por solicitação de vária ordem, busquem os subsídios julgados necessários à formação de seu convencimento no exame da personalidade do indicado.

Assim, ao opinar pelo arquivamento da presente indicação, sugiro à Comissão tenha presente a ideia consubstanciada para aproveitamento em situação oportuna.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente. — Cattete Pinheiro, Re-

Relator. — Gilberto Marinho. — Edmundo Levi. — Raul Giuberti. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama):
Está encerrada a matéria constante da Ordem do Dia.
Há ainda um orador inscrito.
Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos. (Pausa.)
S. Ex^a desiste da palavra.
Não há mais oradores inscritos.
Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, para a de amanhã, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 23 de janeiro de 1968

(Terça-feira)

1

REQUERIMENTO Nº 20, DE 1938

Votação do Requerimento nº 20, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando urgência, nos termos do art. 323, letra 5.ª, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 135-67, que concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios X ou substâncias radioativas, aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade.

2

REQUERIMENTO Nº 21, DE 1968

Votação do Requerimento nº 21, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando urgência, nos termos do art. 323, letra 5.ª, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 190-66, que

determinou que os novos níveis de salário mínimo não acarretam reajuste dos alugueres, na locação de prédios residenciais.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105, DE 1937

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 105, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que altera o art. 245 da Resolução nº 6, de 1960, acrescentando-lhe o item IV.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1938

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Laura Bandeira Accioli, Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

CONGRESSO NACIONAL

Calendário dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que deverão receber emendas perante a Comissão Mista:

PL-1-68 (CN) — Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.

PL-2-68 (CN) — Acrescenta itens ao art. 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Dias: 22, 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 1967.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos).

Lira, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei número 1-68 (C.N.) — Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Atílio Fontana, Arthur Virgílio e João Abrahão e Deputados Ademir Ghisi, Cicero Dantas, Mário Gurgel, Zaire Nunes e José Colagrossi.

De acordo com o artigo 32 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Carlos Lindenberg, que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, à eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Deputado José Lindoso.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ruy Carneiro — 13 votos.

Senador Aarão Steinbruch — 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador José Leite — 13 votos

Senador José Feliciano — 1 voto

O Senhor Senador Carlos Lindenberg declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senadores Ruy Carneiro e José Leite.

Assumindo a presidência, o Senhor Senador Ruy Carneiro agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão relegando o Presidente deste órgão e submete a votação as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão que são aprovadas por unanimidade.

De acordo com as Normas acima citadas, o Senhor Presidente designa Relator da matéria o Deputado Elias Carmo que agradece a honra com que foi distinguido e promete empregar o melhor dos seus esforços para cumprir a missão que lhe foi confiada.

O Senhor Presidente, de acordo com o Relator, designa que a próxima reunião da Comissão, para apreciar o parecer, será no dia 1º (primeiro) de fevereiro, às 21 horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes à reunião. — Carlos Lindenberg — Ruy Carneiro — José Leite — Domicio Gondim — Manoel Vilaga — José Feliciano — Aarão Steinbruch — Raul Giuberti — Elias Carmo — José Lindoso — Emilio Gomes — Dayl Almeida — Nunes Leal — João Lira.

COMISSÃO MISTA PARA ESTUDO DO PROJETO DE LEI Nº 1 DE 1968 (CN)

Anexo à Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 19 de janeiro de 1968 Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

É o seguinte o texto das Normas Disciplinadoras aprovadas:

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicada parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvindo a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a,

do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra a, artigo 8º, Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra b artigo 8º, Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra f, artigo 8º, Resolução nº 1-64 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista;

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

§ 4º Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas normas.

Art. 12. Ultimada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será vota-

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 5, DE 16 DE JANEIRO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere, resolve designar, nos termos da Portaria nº 8, de 1967, da Comissão Diretora, para as Chefias dos Setores da estrutura administrativa da Diretoria da Assessoria Legislativa, com o pro labore correspondente ao símbolo FG-3, a

partir desta data, os seguintes funcionários:

1 — Assessor Legislativo Aiman Guerra Nogueira da Gama, para Chefe do Setor de Estudos Técnicos e Jurídicos; e

2 — Assessor Legislativo José Pinto Carneiro Lacerda, para Chefe do Setor de Orçamento.

Secretaria do Senado Federal, em 16 de janeiro de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA

ATA DA 1ª REUNIÃO, CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 1968

Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezessete horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Júlio Leite, Vice-Presidente, no exercício da presidência, presentes os Senhores Senadores Ney Braga, Teotônio Vilela e Sigefredo Pacheco, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores José Feliciano, João Cleophas, José Ernirio e Mário Martins.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Senhor Senador Ney Braga para proferir parecer sobre a proposição pendente de pronunciamento deste órgão.

Com a palavra o Senhor Senador Ney Braga emite parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967, que "dispõe sobre a horticultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas, na Região Amazônica, e dá outras providências", concluindo pela aprovação do projeto com a Emenda Substitutiva que oferece.

Colocado o parecer em discussão e votação, por unanimidade é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

Comissão Mista Incumbida do estudo do Projeto de Lei número 1, de 1968 (CN) "Atribui recurso para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário".

1ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE JANEIRO DE 1968.

INSTALAÇÃO

As 16 horas do dia 19 de janeiro de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Leite, Domicio Gondim, Carlos Lindenberg, Manoel Vilaga, José Feliciano, Ruy Carneiro, Aarão Steinbruch, Raul Giuberti e os Deputados Elias Carmo, José Lindoso, Emilio Gomes, Dayl Almeida, Nunes Leal e João

do em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Res. nº 1-64 (CN), art. 8º letra k).

Art. 15. As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, 19 de janeiro de 1968. — Senador Ruy Carneiro, Presidente. — Deputado Elias Carmo, Relator

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 22 (vinte e dois), 23 (vinte e

três), 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) de janeiro de 1968;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na comissão: dia 26, às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na secretaria da comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 1º (primeiro) de fevereiro, às 21:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, 19 de janeiro de 1968. — Senador Ruy Carneiro, Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Senador José Leite
Relator: Deputado Elias Carmo

Senadores:

ARENA

1. José Leite
2. Domicio Gondim
3. Carlos Lindenberg
4. Manoel Vilaga
5. José Feliciano
6. Atílio Fontana
7. Raul Giuberti

Deputados:

ARENA

1. Ademar Ghisi
2. Elias Carmo
3. José Lindoso
4. Emilio Gomes
5. Dayl Almeida
6. Cicero Dantas
7. Nunes Leal

Senadores:

MDB

1. Arthur Virgílio
2. Ruy Carneiro
3. Aarão Steinbruch
4. João Abrahão

Deputados:

MDB

1. João Lira
2. Mário Gurgel
3. Zaire Nunes
4. José Colagrossi

CALENDARIO

Dia 18-1 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 19-1 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 22, 23, 24, 25 e 26 — Apresentação de emendas, perante a Comissão

Dia 1-2 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21:00 horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 6-2 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 7-2 — Publicação do parecer; e

Dia 13-2 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal.

Telefone: 2-4533 — Ramais 244 e 247.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Gluberu — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA (ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antonio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Villeça — (RN)
 Vasconcellos Torres — (RI)
 Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

Atilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Vallaçares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Mário Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antonio Carlos

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

Vasconcellos Torres
 Daniel Krieger
 Benedito Vallaçares
 Alvaro Maia
 Loo da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-5.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Loo da Silveira
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Atilio Fontana

Benedito Vallaçares
 Adolpho Franco
 Arnou de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 José Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedito Vallaçares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antonio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

João Cleophas
 Mem de Sa
 José Leite
 Leandro Maciel
 Alvaro Maia
 Clodomir Millet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

Antonio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Atilio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Ney Braga
 Atilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnou de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-C
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Julio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio L. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio L. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Milet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurelio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio L. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Milet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurelio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Vilela
Antonio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muijer
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 18 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muijer
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Milet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurelio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigfredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigfredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Correa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Milet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigfredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
COMPOSIÇÃO

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A
TITULARES

Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos

M D B

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos

A R E N A
TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guimard
Petronio Portela
Domicio Gondim
Carlos Lindenberg

M D B

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

A R E N A
TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.